

da
[Handwritten signature]



Relatório de Gestão
Ano de 2023

[Handwritten signature and scribbles]

Índice

I	SUMÁRIO EXECUTIVO	3
II	CARACTERIZAÇÃO DO CPJ	6
III	ESTRUTURA ORGÂNICA E RECURSOS HUMANOS	10
IV	ESTRUTURA DIRIGENTE EXISTENTE EM 31-12-2023	16
V	ÓRGÃOS SOCIAIS	17
VI	ATIVIDADE FORMATIVA	19
VII	CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA FORMATIVA	24
VIII	ATIVIDADE DO CENTRO QUALIFICA DO CPJ	32
IX	ATIVIDADE FINANCEIRA	40
X	CONTABILIDADE DE GESTÃO	49
XI	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	50
XII	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51

4



I – SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente relatório pretende ilustrar a atividade desenvolvida pelo Centro Protocolar da Justiça (CPJ) no ano 2023. Como se poderá verificar, em 2023 os resultados conseguidos quer ao nível da atividade formativa, quer da atividade promovida pelo Centro Qualifica (CQ), evidenciam bem a dinâmica conseguida.

- Em 2023 as ações de formação implementadas pelo CPJ abrangeram um total de 3.755 formandos, distribuídos por 301 ações de formação, com a duração de 84.807 horas de formação, sendo que o volume de formação foi de 707.068 horas. Com exceção do volume de formação, que ficou aquém das metas estabelecidas, todos os demais indicadores cumpriram o previsto em sede de Plano de Formação.
- Dos 3.755 formandos, 2.059 foram integrados em 167 cursos FMC (116 em EP) e 1.696 em cursos 134 cursos EFA, 72% dos quais de nível básico.
- Nos Estabelecimentos Prisionais (EP) foram implementados 216 cursos (71%) que abrangeram 3.086 formandos e nos Centros Educativos (CE), foram abrangidos 669 formandos que frequentaram 85 cursos, realçando-se que o mesmo formando pode frequentar mais do que uma ação.
- Cada gestor de ação foi responsável por implementar e acompanhar, em média, 37 cursos.
- O ano de 2023, superou 2022 em todos os parâmetros de referência. Foram realizados mais 61 cursos, abrangidos mais 1.072 formandos, concretizadas mais 11.219 horas de formação e executado um volume de mais 164.220 horas de formação.
- De referir que o CPJ promoveu ações de formação profissional em todos os Centros Educativos e em 42 dos 45 EP existentes em Portugal Continental, constituindo este facto um indicador muito relevante da taxa de esforço do Centro, considerando o quadro de pessoal de que dispõe e a dispersão geográfica dos locais onde a formação se realiza.
- A formação implementada abrangeu 46 saídas profissionais de 19 áreas de educação e formação.
- Ao nível da atividade promovida pelo Centro Qualifica, as metas relativas ao número de inscritos e de encaminhamento não só foram largamente superadas, como, por comparação com o período homólogo, todos os indicadores de referência foram

superados (inscritos, encaminhados, em processo e certificados). Em 2023, a meta de inscritos era de 800 pessoas, tendo sido inscritas 1.565 pessoas, mais 459 do que em 2022. Em sede de candidatura, o CPJ assumiu o compromisso de, face aos 800 inscritos, encaminhar 720 pessoas. Com efeito, foram encaminhadas 1.609 pessoas (mais 482 do que em 2022), sendo que 89% destes encaminhamentos foram feitos para a frequência de ações de formação profissional. Apenas 173 pessoas foram encaminhadas para processos RVCC, ainda assim mais 47 do que em 2022 e 103 foram certificadas por esta via.

- No que diz respeito aos Recursos Humanos, o CPJ conta com uma equipa de 29 pessoas. A maioria com idades que se situa no escalão entre os 45 e os 55 anos; 65% são mulheres e 76% são quadros superiores. Com exceção da Diretora e da Chefe de Divisão de Qualificação, todas/os as/os trabalhadores pertencem ao quadro do Centro.
- Em 2023, foram trabalhadas 48.825h, das quais 300h são referentes a trabalho suplementar, o que corresponde a uma média de 12,5h por pessoa, excluindo os dirigentes.
- No âmbito do direito individual à formação, foram ministradas 1.017 horas de formação, 80% em regime *e-learning*. Os técnicos superiores frequentaram 812 horas de formação contínua e os assistentes técnicos 205 horas.
- A formação contínua teve um custo de € 17.218,91, correspondendo € 4.945,79 a valores efetivamente gastos no pagamento das ações de formação e € 12.273,12, a horas pagas e não trabalhadas, para frequência da formação.
- Para a execução do Plano de Atividades de 2023, o CPJ arrecadou uma receita total líquida de € 4.149.322,39 e realizou despesas num total de €4.065.182,19€, tendo transitado para o ano de 2024 um saldo de gerência de € 84.140,20, resultante da diferença entre o total da receita e da despesa. A informação detalhada da atividade financeira do CPJ encontra-se no Capítulo VIII – Atividade Financeira deste documento

Este relatório encontra-se subdividido em doze partes, como a seguir se descreve.

No primeiro ponto, procede-se a uma descrição sumária da atividade desenvolvida. No segundo faz-se uma breve caracterização do CPJ. O terceiro o ponto é dedicado à apresentação da estrutura orgânica e à caracterização dos recursos humanos, horas de trabalho realizadas e formação interna proporcionada. Segue-se dois pontos (quarto e quinto) que descrevem a composição dos Órgãos Sociais e as reuniões realizadas em 2023

CR

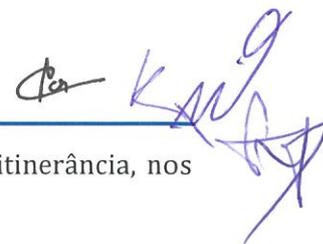


e a composição da estrutura de dirigentes. Nos sexto, sétimo e oitavo pontos, procede-se, respetivamente, à descrição da atividade formativa promovida pelo CPJ, à caracterização da oferta formativa e à descrição da atividade do Centro Qualifica. Os nono, décimo e décimo primeiro pontos centram-se na execução financeira do Centro e na demonstração dos resultados contabilísticos conseguidos no ano económico de 2023, sendo o ponto nono dedicado especificamente a uma breve descrição da estrutura de dirigentes. No décimo segundo e último ponto, em jeito de conclusão, apresentam-se algumas reflexões finais que refletem os desafios e as oportunidades com que o CPJ se depara no exercício da sua missão, deixando-se algumas sugestões.

II – CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO PROTOCOLAR DA JUSTIÇA (CPJ)

O Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça, abreviadamente Centro Protocolar da Justiça (CPJ), foi criado nos termos da Portaria n.º 538/88, de 10 de agosto, por homologação do protocolo celebrado entre os então Ministério do Trabalho e Segurança Social e o Ministério da Justiça, envolvendo o Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP (IEFP, IP), e vários serviços atualmente com novas configurações orgânicas e dependências tutelares, ou entretanto extintos, nomeadamente a Direção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores, a Direção-Geral dos Serviços Prisionais, o Gabinete de Planeamento e Combate à Droga e o Instituto de Reinserção Social. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, operou-se a fusão das duas Direções-Gerais subsistentes na representação do Ministério da Justiça, criando-se a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), que é atualmente o único serviço que representa o Ministério da Justiça neste Centro de Formação Protocolar. A atividade do CPJ abrange o território nacional, com exceção dos arquipélagos da Madeira e dos Açores.

1. O CPJ é um organismo dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e património próprio, em que, nos termos do artigo 21.º do protocolo, publicado em anexo à Portaria n.º 538/88, de 10 de agosto, as dotações orçamentais de funcionamento são suportadas pelo orçamento do IEFP, IP, até 85%, e a parte restante pelos orçamentos dos serviços do Ministério da Justiça. As dotações orçamentais de capital são integralmente suportadas pelo orçamento do IEFP, IP.
2. A atividade é regulada, nos termos da Lei, pelo Orçamento e Plano de Atividades anuais, aprovados pelos Órgãos previstos na Estrutura Orgânica (Artigo 4.º do protocolo, publicado em anexo à Portaria n.º 538/88, de 10 de agosto).
3. Os cursos e ações de formação profissional desenvolvem-se nos Estabelecimentos Prisionais (adiante designados EP) de Complexidade de Gestão Média (CGM) e Complexidade de Gestão Elevada (CGE) e nos Centros Educativos (adiante designados CE).
4. Através do Despacho n.º 1971/2017, de 08 de março da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP (ANQEP, IP), foi autorizado o funcionamento do Centro Qualifica do CPJ (CQ do CPJ), na NUT III da Lezíria do Tejo, tendo posteriormente



sido autorizado pela ANQEP, IP o seu funcionamento, em regime de itinerância, nos vários EP e CE disseminados pelo território nacional.

5. A atividade do CPJ é dirigida a população jovem e adulta que se encontre a cumprir medidas privativas de liberdade e, por conseguinte, toda a sua ação decorre em Estabelecimentos Prisionais (EP) e em Centros Educativos (CE). Em Portugal continental existem 45 EP e 6 CE.
6. Os EP são estruturas físicas localizadas tanto em grandes centros urbanos, como em zonas rurais, em diversos regimes de reclusão, possuindo, genericamente, condições para o desenvolvimento de atividades de formação profissional.
7. Os CE encontram-se edificados em zonas rústicas ou urbanas, cujo enquadramento é em tudo semelhante ao descrito para os EP, cuja população ronda, em média, cerca de três dezenas de jovens, dispondo, genericamente, de estruturas físicas destinadas a atividades de formação profissional.
8. A maior parte dos equipamentos utilizados nas ações de formação profissional são propriedade do CPJ, tendo sido adquiridos com verbas do orçamento próprio, existindo, contudo, algumas salas de formação, quer nos EP, quer nos CE, que foram apetrechadas pela DGRSP com recurso a fundos desta Direção-geral.
9. A sede do CPJ situa-se num edifício do Ministério da Justiça, onde se encontra instalado o Centro Educativo Navarro de Paiva (CENP), em Benfica, e dispõe de um Núcleo de Formação Profissional em Alcoentre (NFA), situado numa propriedade rústica localizada na proximidade dos Estabelecimentos Prisionais de Alcoentre e de Vale de Judeus, sendo também neste Núcleo a domiciliação do CQ do CPJ. Mais integra o Pólo no Norte do CPJ, que funciona em instalações também disponibilizadas pelo Ministério da Justiça, numa casa de função cedida pela Direção do EP de Paços de Ferreira, situada na zona limítrofe do respetivo EP.
10. Na sua estrutura permanente, o Centro Protocolar da Justiça, comportou 31 trabalhadores em 2023, aos quais se aplica o regime do Contrato Individual de Trabalho estabelecido no Código de Trabalho em vigor e na sua regulamentação, contudo, ao longo do ano de 2023 estiveram ao serviço somente 28 trabalhadores. Em 31-12-2023, o quadro de pessoal do CPJ era constituído por 29 trabalhadores, decorrente da entrada da Diretora do CPJ em novembro, existindo a vacatura para 1 técnico superior e 1 assistente técnico.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

11. Para o desenvolvimento das ações de formação, o CPJ contrata prestadores de serviços, com perfil e competências adequadas às características de cada ação de formação, ao abrigo do disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (retificado pelas declarações de retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro).
12. Este Centro Protocolar não dispõe de pessoal técnico ou administrativo nos EP nem nos CE, recorrendo, para coadjuvação da sua atividade, às respetivas equipas técnicas daquelas estruturas da DGRSP.
13. O CPJ desenvolve a sua atividade nos EP e CE disseminados por todo o território continental, sendo que para assegurar um estreito acompanhamento da formação desenvolvida, os técnicos superiores afetos à Divisão de Qualificação (DQ) realizam visitas regulares aos mesmos, e asseguram uma permanente articulação com os técnicos dos EP e CE, bem como com toda a equipa formativa envolvida, nomeadamente os mediadores, os formadores e os professores.
14. O levantamento das necessidades de formação, é realizado em articulação com a DGRSP e as direções dos EP e dos CE, atendendo às expectativas de qualificações profissionais e escolares dos reclusos e jovens em cumprimento de medida tutelar educativa. A seleção de itinerários de formação é realizada em consonância com as áreas de formação consideradas prioritárias por parte do IEFP, IP e ANQEP, IP e de acordo com as condições físicas de cada local de formação.
15. O CPJ garante a divulgação das ações de formação junto da população reclusa mediante a afixação de cartazes e a realização de sessões de esclarecimento locais, sem prejuízo da difusão do seu Plano de Formação promovida pelos serviços centrais da DGRSP.
16. Relativamente à intervenção do CPJ nos CE, a formação profissional é garantida ininterruptamente mediante a realização de cursos de Educação Formação para os jovens ainda abrangidos pela escolaridade obrigatória, e independentemente da data de início do cumprimento da respetiva medida tutelar educativa.
17. A constituição dos grupos de formandos nos EP resulta dos encaminhamentos realizados pelos técnicos do CQ do CPJ, tendo por base a análise da informação constante das fichas de inscrição e dos questionários aplicados em sessões coletivas, em conformidade com o disposto na Portaria n.º 86/2022, de 4 de fevereiro e da decisão final das direções dos respetivos EP onde decorrem as ações de formação.

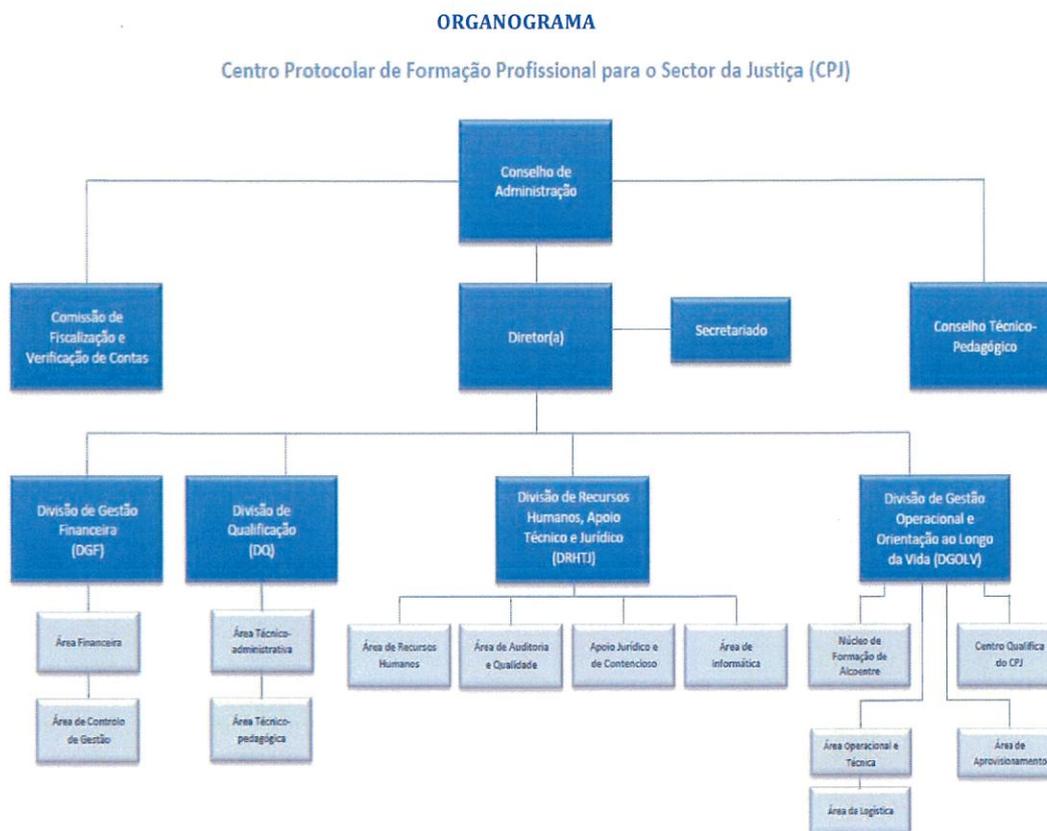



18. Dada a obrigatoriedade dos jovens em cumprimento de medida tutelar educativa em CE, estarem enquadrados em atividades de educação e formação, todos os jovens são inscritos nas ações de formação promovidas pelo CPJ, única entidade promotora e formadora junto deste público-alvo.

[Handwritten signature and initials]

III – ESTRUTURA ORGÂNICA E RECURSOS HUMANOS

19. A estrutura orgânica do CPJ é composta pelos órgãos sociais que obedecem ao disposto no Dec. Lei 165/85, de 16 de maio e no protocolo de constituição do centro, designadamente: dispõe de um Conselho de Administração, um Conselho Técnico-Pedagógico, uma Comissão de Fiscalização e Verificação de Contas, em cujos órgãos estão têm assento representantes do IEFP, IP e da DGRSP.
20. Para além dos órgãos sociais, no âmbito da qual a Diretora também se inclui, existem mais quatro Divisões que resultaram da quinta alteração do Regulamento Orgânico e encontra-se representada no seguinte organograma:



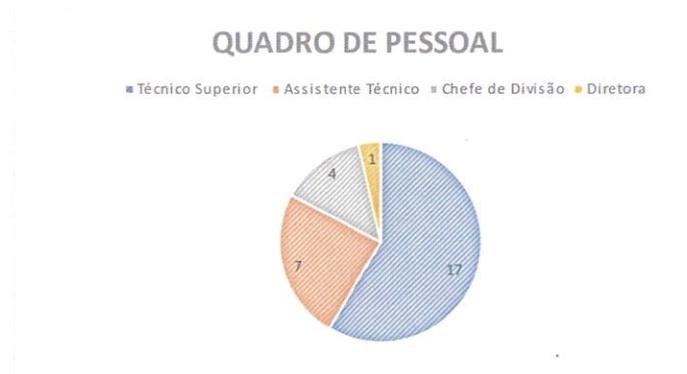
21. O quadro de pessoal do CPJ é composto por 31 pessoas, sendo que em 2023, estiveram ao serviço 29. O centro tem 5 dirigentes, 17 técnicos superiores e 7 assistentes técnicos, conforme quadro infra.

Quadro 1 - Distribuição - Recursos Humanos por categoria profissional

CPJ	Dirigentes	Técnicos Superior	Assistentes Técnicos	
Direção	1		1	2
DQ	1	5	2	8
DGOLV	1	4	2	7
DRHTJ	1	4	0	5
DGF	1	4	2	7
Total	5	17	7	29

22. Considerando as categorias profissionais e os cargos desempenhados, obtém-se a seguinte repartição:

Gráfico 1 - Quadro de Pessoal - Por categoria profissional



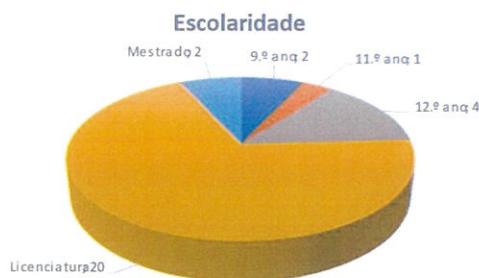
23. A distribuição do/as trabalhadores/as por grupo etário demonstra a predominância dos escalões entre os 45 e os 55 anos:

Gráfico 2 - Quadro de Pessoal - Por grupo etário



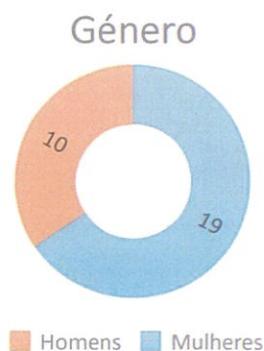
24. Ao nível da escolaridade, 76% das/os trabalhadoras/res são detentores de formação de nível superior:

Gráfico 3 – Quadro de Pessoal – Por nível de escolaridade



25. As mulheres que representam 65,5% do universo total:

Gráfico 4 – Quadro de Pessoal – Por género



26. Considerando a natureza do vínculo, a distribuição dos referidos trabalhadores é a indicada no quadro seguinte:

Quadro 2 – Trabalhadores ao serviço

Descrição	2021	2022	2023
Contratos de Trabalho sem termo	28	26	27
Contratos Trabalho a Termo	0	0	0
Contratos em Comissão de Serviços	3	3	2
Total de Pessoal ao Serviço (em 01-01)	31	29	29
Passagem à condição de reformado (-)	-2	0	0
Cessações de contratos de trabalho sem termo (-)	-1	0	0
Cessações de contratos de trabalho a termo (-)	0	0	0
Integração de trabalhadores no quadro (+)	1	1	0
Licenças sem vencimento (-)	0	0	0
Cessações de contratos de comissões de serviços (-)	0	-2	0
Cedência Ocasional	0	0	0
Total de Pessoal ao Serviço (em 31-12)	29	28	29




27. No que diz respeito ao regime contratual, em 2023, apenas duas pessoas, provenientes do IEFP, IP, se encontravam ao serviço com um contrato em regime de comissão de serviços: a Diretora e o Chefe de Divisão de Qualificação. Todos os demais trabalhadores pertencem ao quadro do CPJ com contratos sem termo.
28. No mês de novembro, foi nomeada uma nova Diretora para o Centro, em virtude da saída, em setembro de 2022, da titular que anteriormente ocupava o cargo. No final de dezembro, atingido o termo da comissão de serviços do Chefe da Divisão de Qualificação, não foi este contrato renovado, por deliberação do Conselho de Administração.
29. Desde a saída da anterior Diretora, a titularidade do órgão foi assegurada, primeiro em regime de suplência, em acumulação de funções com outras duas divisões, e, a partir de maio de 2023, no regime de substituição, pelo titular do cargo de Chefe da Divisão de Gestão Financeira, acumulando funções com a Divisão de Recursos Humanos e Apoio Técnico e Jurídico. Igualmente em regime de substituição, mas apenas a partir do análogo mês de maio, uma das técnicas superiores da Divisão de Gestão Financeira assumiu a chefia dessa unidade orgânica.
30. Aquando da entrada ao serviço da nova Diretora, o então diretor em regime de substituição, foi designado em definitivo como Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Apoio Técnico e Jurídico, cargo que havia sido deixado vago pela respetiva titular em novembro de 2022. Em simultâneo, a técnica superior que exercia, no regime de substituição, o cargo de chefe da Divisão de Gestão Financeira, assumiu-o em definitivo, em sequência de designação para o efeito.

Horas de Trabalho Realizadas

31. Em 2023 apuraram-se 48.825,00 horas passíveis de trabalho efetivo e 300 horas de trabalho suplementar (menos 85 horas que em 2022). Àquele valor total retiram-se 6.265 horas, relacionadas com ausências por faltas de diversa tipologia, como baixas médicas, tolerâncias de ponto e férias.

Gráfico 5 - Horas passíveis de trabalho efetivo



Gráfico 6 - Horas de trabalho suplementar



32. No que concerne a ausências prolongadas, registou-se apenas a de um técnico superior, afeto à Divisão de Gestão Operacional e Orientação ao Longo da Vida, ausência essa determinada pela ocorrência de um acidente de trabalho, sucedido perto do final do mês de outubro e que veio a determinar a ausência do trabalhador até ao final do ano, tendo, por conseguinte, ultrapassado os 30 dias, circunstância que acarretou a suspensão do vínculo contratual no ano.
33. O evento descrito no número antecedente constitui o único registo relativo à sinistralidade laboral ocorrido em 2023.

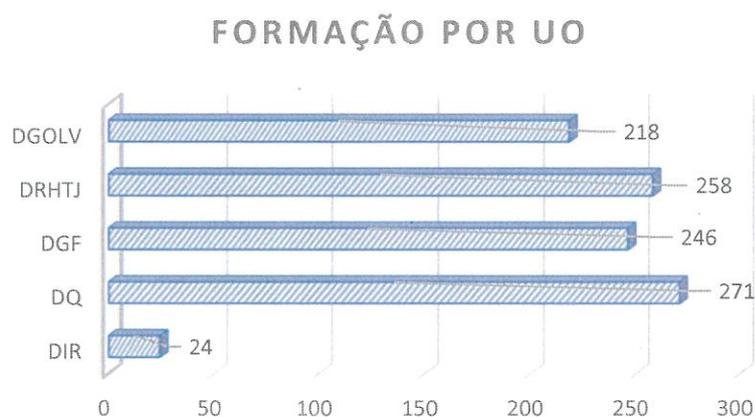
Formação Interna

34. No âmbito do direito individual à formação, foram ministradas 1.017 horas de formação (menos 645 horas que em 2022), 897 horas daquelas em regime de E-Learning. A despesa inerente à formação contínua ascendeu a € 17.218,91, correspondendo € 4.945,79 a valores efetivamente gastos no pagamento das ações de formação e € 12.273,12, a horas pagas e não trabalhadas, para frequência da formação.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

35. Por categoria profissional, os técnicos superiores receberam 812 horas de formação e os assistentes técnicos 205 horas. Por unidade orgânica, as horas de formação disponibilizadas e assistidas, resultam distribuídas de acordo com o gráfico e o quadro detalhados abaixo:

Gráfico 7- Formação por Unidade Orgânica



36. As áreas de formação interna são as que constam do quadro seguinte:

Quadro 3 - Formação Interna

Cidadania e Participação	Interculturalidade, Igualdade e Inclusão no Trabalho	HumanTrain - Software de Gestão de Formação - Nível Avançado	4st Transnational Project Meeting	UFCD - 6229 - Código dos Contratos Públicos: A Execução dos Contratos
Inovação e Liderança	Atendimento de Excelência	Digitalização na Construção - CAD/CAM na Carpintaria	Contributos da Educação e da Formação para a inclusão das pessoas com deficiências e incapacidades	Contabilidade Pública para não Financeiros
Investimento no Capital Humano nas Organizações	Segurança - Riscos Psicossociais	Evento Nacional de disseminação do projeto CEDAR	1st Short-Term staff training event	O RGPD e a Proteção de dados em Organizações do Estado
A Mulher no Sector da Construção	Direitos e Deveres dos Trabalhadores	Segurança - Riscos Psicossociais	Cidadão Ciberseguro	Perceber o Orçamento
A Lei de Enquadramento Orçamental e o Novo Referencial Contabilístico (SNC-AP)	Inovação, Sustentabilidade e Direitos Humanos	Direitos e Deveres dos Trabalhadores	Cidadão Cbersocial	Portal base - contratos públicos online
O RGPD e a Proteção de dados em Organizações do Estado	Seminário Nacional "Can you Vision it" ?	Potenciar o ChatGPT para melhorar a Aprendizagem - 12 técnicas e práticas eficazes	Consumidor Ciberseguro	Contratos de empreitadas de obras públicas
SIADAP (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública)	Topologia - A Profissão do Futuro	Igualdade de Género	Contratação Pública: Da Teoria à Prática	Os contratos de empreitadas em especial
Perceber o Orçamento	Competências dos Jovens: Qualificação para um futuro com sucesso			O Regime das Empreitadas de Obras Públicas

Handwritten signatures and initials in blue ink.

IV – ESTRUTURA DIRIGENTE EXISTENTE EM 31-12-2023

37. Em virtude do hiato que decorreu entre a saída da anterior titular do cargo de Direção do Centro, Dr.^a Ana Elisa Santos, e a nomeação de outra, a Mestre Conceição Matos, conforme atrás já ficou referido, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira, Dr. Jorge Rosado, assegurou esse exercício, primeiro no regime de suplência e depois no de substituição, entre setembro de 2022 e novembro de 2023. Entre setembro de 2022 e maio de 2023, os cargos de Direção e de chefia da Divisão Orçamental e Financeira e da Divisão de Recursos Humanos e Apoio Técnico e Jurídico, foram exercidos por aquele em acumulação.
38. A partir de maio de 2023, na mesma data em que tinha início o regime de substituição no cargo de Direção, foi designada, no mesmo regime, para o cargo de Chefe da Divisão de Gestão Financeira, uma técnica dessa unidade orgânica, a Dr.^a Helena Catroga, e o Diretor passou a acumular apenas com as funções de Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Apoio Técnico e Jurídico.
39. Com a nomeação da Mestre Conceição Matos, em novembro de 2023, o Dr. Jorge Rosado foi designado no cargo de Chefe da Divisão de Recursos Humanos e Apoio Técnico e Jurídico, e a Dr.^a Helena Catroga, no de Chefe da Divisão de Gestão Financeira, desta feita em definitivo. Em 31-12-2023, terminou a comissão de serviços do Chefe da Divisão de Qualificação, Dr. Paulo Simões.
40. Assim, a 31-12-2023, a estrutura dirigente existente era a indicada no quadro seguinte:

Quadro 4 – Dirigentes

Cargo	Unidade	Nome	Comissão de Serviço
Chefe de Divisão	DQ	Paulo de Carvalho Simões	Desde 01 de janeiro de 2021
Chefe de Divisão	DGF	Helena Isabel Neves Catroga	Desde 23 de maio de 2023
Chefe de Divisão	DRHTJ	Jorge Manuel Marques Rosado	Desde 16 de novembro de 2023
Chefe de Divisão	DGOLV	Carlos Ferreira Salgado de Sousa	Desde 13 de setembro de 2021

V – ÓRGÃOS SOCIAIS

41. No decurso do ano de 2023, assinalaram-se algumas alterações relevantes à constituição dos órgãos sociais do CPJ, que se pormenorizam abaixo.
42. Assim, por via do Despacho n.º 10/2023, do Secretário de Estado do Trabalho, datado de 28.04.2023, foram exonerados dos cargos de vogais, representantes do outorgante MJ/DGRSP, no Conselho de Administração, o Dr. Rómulo Mateus e o Dr. Francisco Navalho, tendo sido nomeados, nos mesmos cargos, o Prof. Dr. Rui Abrunhosa Gonçalves e o Dr. João D´Oliveira Córias.
43. No âmbito do mesmo despacho, foi exonerada a Dr.ª Regina Branco, no cargo de vogal representante do outorgante MJ/DGRSP, no Conselho Técnico-Pedagógico do CPJ, e nomeada, em seu lugar a Dr.ª Manuela Raimundo. Foi também reconduzida, no cargo de vogal representante do mesmo outorgante, na Comissão de Fiscalização, a Dr.ª Conceição Simão.
44. Posteriormente, por via do Despacho n.º 26/2023, do Secretário de Estado do Trabalho, datado de 30.08.2023, foram exoneradas as representantes do MTSSS/IEFP, IP, Dr.ª Ana Antunes e Dr.ª Madalena Santos, respetivamente dos cargos de Presidente e vogal do Conselho de Administração, e nomeados nesses mesmos cargos, pela mesma ordem, a Dr.ª Cristina Alves e o Dr. Nuno Tomás.
45. O mesmo despacho reconduziu a Dr.ª Susana Luís, como vogal representante do MTSSS/IEFP, IP, no Conselho Técnico-Pedagógico, e reiterada a recondução da Dr.ª Conceição Simão, no cargo de vogal representante do outorgante MJ/DGRSP, na Comissão de Fiscalização.
46. Por último, a Diretora do Centro, Mestre Conceição Matos, assumiu funções em 16.11.2023, em sequência da sua nomeação pelo Despacho n.º 41/2023, do Secretário de Estado do Trabalho, datado de 09.11.2023.

CPJ

[Handwritten signature]

Quadro 5 – Composição dos órgãos sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – CA		
Nome	Representação	Função
Ana Cristina Gaspar da Silva Alves	Ministério do Trabalho / IEFP, IP	Presidente
Nuno Miguel de Campos Martins Ferreira Tomás	Ministério do Trabalho / IEFP, IP	Vogal
Rui João Abrunhosa de Carvalho Gonçalves	Ministério da Justiça / DGRSP	Vogal
João Henriques D'Oliveira Cóias	Ministério da Justiça / DGRSP	Vogal
Reuniões Realizadas		
Ordinárias	7	
Extraordinárias	2	
DIRETOR/A		
Jorge Manuel Marques Rosado	Exerceu o cargo de Diretor, em regime de suplência, desde 02.09.2023, por despacho da Presidente do Conselho de Administração, e no regime de substituição, entre 23.05.2023 até 15.11.2023	
Maria da Conceição da Silva Nunes de Matos	Nomeada pelo Despacho n.º 43/2023, do Secretário de Estado do Trabalho, datado de 09.11.2023, para uma comissão de serviços com a duração de 3 anos, com efeitos a 16.11.2023	
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E VERIFICAÇÃO DE CONTAS – CFVC		
Nome	Representação	Função
Susana Pessoa Moreira dos Santos Pais	Ministério do Trabalho / IEFP	Presidente
Maria da Conceição Coutinho Rodrigues Simão	Ministério da Justiça / DGRSP	Vogal
Reuniões Realizadas		
Ordinárias	6	
Extraordinárias	0	
CONSELHO TÉCNICO-PEDAGÓGICO – CTP		
Nome	Representação	Função
Maria da Conceição da Silva Nunes de Matos	Diretora do CPJ	Presidente
Susana Clara Câmbedo Duarte Luís	Ministério do Trabalho / IEFP	Vogal
Manuela dos Santos Raimundo	Ministério da Justiça / DGRSP	Vogal
Reuniões Realizadas		
Ordinárias	2	
Extraordinárias	0	

Handwritten signatures and initials in blue ink.

VI – ATIVIDADE FORMATIVA

Execução do Plano de Formação

47. O CPJ no ano de 2023 cumpriu a atividade proposta no seu Plano de Formação, nomeadamente:

- Foram organizados, implementados e executados de acordo com o orçamento disponível, cursos de dupla certificação (certificação escolar e profissional) em colaboração com as escolas associadas aos EP e CE e Formações Modulares Certificadas (FMC).
- Prosseguiu-se a estratégia de reforço das parcerias com o Ministério da Educação, sendo a componente de formação de base dos cursos Educação e Formação de Adultos (EFA) desenvolvida por professores cedidos pelas escolas associadas aos EP e aos CE, em articulação com a componente tecnológica e sob a mediação do CPJ, bem como a afetação de professores a ações de formação profissional promovidas pelo CPJ noutras tipologias (ex.: FMC);
- Procedeu-se à utilização dos recursos e potencialidades existentes e disponíveis nos diversos EP e CE, numa estratégia de ação e gestão eficientes;
- Utilizaram-se recursos pedagógicos diversificados, devidamente adaptados às características da formação e do público-alvo;
- Manteve-se o Protocolo com o Ministério da Agricultura, que faculta ao CPJ a possibilidade de ministrar formação profissional na aplicação de Fitofármacos, obrigatória nos termos da lei em vigor nas áreas da Agricultura e Jardinagem;
- Manteve-se o reforço da bolsa de formadores certificados, técnica e pedagogicamente competentes, com perfil e requisitos exigidos e considerados adequados às características da população alvo, com a finalidade de assegurar a qualidade e a eficácia do processo formativo para a reintegração efetiva dos formandos.

48. A população abrangida pela atividade formativa continua a caracterizar-se genericamente pela vulnerabilidade à reincidência criminal, pela pertença a círculos de marginalidade, pelas baixas habilitações escolares e deficientes competências pessoais, sociais e profissionais. Assim, considerou-se imperativo continuar a fomentar a execução de cursos EFA, de forma a garantir aos candidatos a possibilidade de adquirirem uma dupla certificação (escolar e profissional).




49. De modo a abranger o maior número possível de indivíduos, nomeadamente aqueles que devido às limitações decorrentes das durações das penas e medidas tutelares educativas não reúnem condições para a certificação total de um Itinerário de Qualificação, o CPJ mantém a aposta na promoção de FMC com vista à capitalização de competências, procurando garantir a conclusão de percursos formativos e aquisição ou reforço de competências técnico-profissionais consentâneas com as exigências do mercado de trabalho.
50. A programação e a calendarização das ações realizadas foram definidas pelo CPJ em conjunto com os serviços competentes da DGRSP.
51. No ano de 2023 face às necessidades de formação solicitadas pela Estabelecimentos Prisionais e Centros Educativos, bem como ainda do aumento expressivo do valor das bolsas de formação, levou à necessidade de solicitar um reforço orçamental ao IEFP, IP, logo em janeiro. O reforço solicitado veio a concretizar-se somente no mês de maio, o que implicou atrasos significativos na execução do Plano de Formação proposto, nomeadamente, no respeitante ao início de novas ações de formação.
52. A taxa de resposta do CPJ face ao universo dos 45 EP e de 6 CE existentes em Portugal continental foi francamente positiva. Assim, a taxa de cobertura foi de 100% nos CE e de 92% nos EP. Neste caso 42 EP tiveram ações de formação profissional promovidas pelo Centro (excetuaram-se deste cálculo o EP de Monsanto, o EP do Hospital Prisional e o EP da Judiciária de Lisboa, locais onde não é possível a realização de formação).
53. A análise dos dados de execução física registados em dezembro de 2023 (quadro 5) é demonstrativa do impacto que as restrições orçamentais descritas no ponto anterior tiveram no desenvolvimento da formação promovida pelo CPJ, porquanto a taxa de execução do volume de formação foi de apenas 65,30% (707.068) face à meta assumida de 1.082.738. No entanto, nos restantes indicadores, como adiante se verá, e face às metas tão ambiciosas do Plano de Formação de 2023, os resultados atingidos são considerados como muito positivos.
54. Durante o ano de 2023, o CPJ implementou 301 ações de formação, abrangeu 3.755 formandos, realizou 84.807 horas de formação e um volume de formação de 707.068 horas.
55. Estas 301 ações distribuem-se por duas tipologias: cursos EFA, com 134 cursos (100 dos quais foram implementados em EP) e FMC, com 164 cursos. A taxa de execução, face às metas fixadas foi 104%.

Handwritten signature and initials in blue ink.

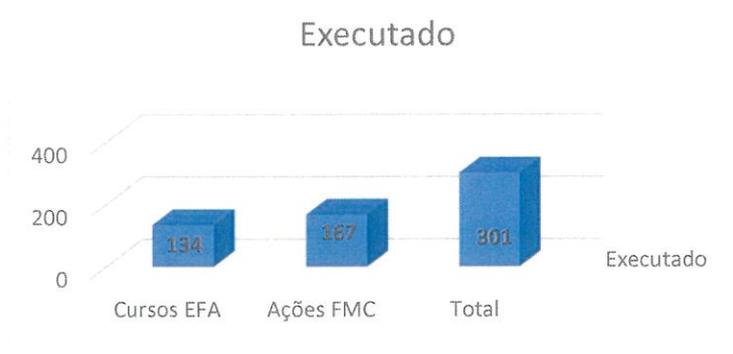
56. Foram abrangidos 3.755 formandos (que reflete uma taxa de realização de 105%), dos quais 1.696 foram integrados em cursos EFA e 2.059 em FMC. Quanto à distribuição dos formandos por EP e CE, verificamos que nos EP foram realizados 216 cursos, que abrangeram 3.086 formandos e nos CE, foram abrangidos 669 formandos, que frequentaram 85 cursos, tendo estas metas sido largamente superadas, situando-se nos 145%.
57. No que concerne ao número de horas realizadas (84.807 horas), estas ficaram ligeiramente aquém da meta estabelecida, tendo sido obtida uma taxa de 93%.
58. Se ao nível do número de formandos abrangidos e ao número de ações implementadas durante o ano as metas foram superadas e no indicador de horas de formação realizadas, praticamente concretizadas, o mesmo não se pode afirmar no que diz respeito ao volume de formação, cuja taxa se situou nos 65%, a que correspondem 707.068 horas, sendo expressiva a diferença entre jovens dos CE e os adultos dos EP. O volume de formação concretizado nos CE situa-se nos 86%, enquanto nos EP é de apenas 62%. A justificação para esta diferença prende-se com o grau de assiduidade dos formandos dos EP, devido a, entre outros, aspetos contextuais como a falta de guardas para vigiarem os formandos durante os períodos em que frequentam a formação, a amnistia dada pelo Papa Francisco aquando da sua vinda a Portugal em 2023, as greves dos guardas, e ainda devido ao facto de a formação nos CE ser de frequência obrigatória, ao contrário do que se verifica nos EP. Registam-se também saídas da formação justificada pelo término do cumprimento de penas, aplicação de medidas disciplinares, saúde ou transferências entre EP.

Quadro 6 - Mapa resumo de execução física

Descrição	Dezembro de 2023								
	Estabelecimentos Prisionais			Centros Educativos			Total		
	Metas	Executado	Taxa de Execução (%)	Metas	Executado	Taxa de Execução (%)	Metas	Executado	Taxa de Execução (%)
N.º cursos EFA	97	100	103,09%	29	34	117,24%	126	134	106,35%
N.º cursos FMC	120	116	96,67%	44	51	115,91%	164	167	101,83%
Total	217	216	99,54%	73	85	116,44%	290	301	103,79%
Formandos EFA	1 319	1 415	107,28%	190	281	147,89%	1 509	1 696	112,39%
Formandos - FMC	1 796	1 671	93,04%	272	388	142,65%	2 068	2 059	99,56%
Total	3 115	3 086	99,07%	462	669	144,81%	3 577	3 755	104,98%
N.º de horas - EFA	59 521	54 766	92,01%	11 692	12 415	106,19%	71 213	67 181	94,34%
N.º de horas - FMC	9 774	7 651	78,28%	9 924	9 975	100,51%	19 698	17 626	89,48%
Total	69 295	62 417	90,07%	21 616	22 390	103,58%	90 911	84 807	93,29%
Volume Form. - EFA	796 151	496 087	62,31%	78 284	68 742	87,81%	874 435	564 829	64,59%
Volume Form. - FMC	147 615	92 022	62,34%	60 688	50 217	82,75%	208 303	142 239	68,28%
Total	943 766	588 109	62,32%	138 972	118 959	85,60%	1 082 738	707 068	65,30%

59. Observa-se uma evolução positiva da generalidade dos indicadores, com particular relevância para as ações FMC, onde essa variação assume maior expressão.

Gráfico 8 - Execução do Plano de Formação (ações)



60. Apresentam-se de seguida os quadros resumo da atividade do CPJ, no respeitante à execução física, e em comparação com dados de exercícios anteriores:

Quadro 7 - Mapa resumo de execução física - Variação homóloga

	2021 (31/12/2021)			2022 (31/12/2022)			2023 (31/12/2023)		
	Metas estabelecidas	Executado (ano)	Taxa de Execução (%)	Metas estabelecidas	Executado (ano)	Taxa de Execução (%)	Metas	Executado	Taxa de Execução (%)
Cursos EFA	101	116	114,85%	94	137	143,62%	126	134	106,35%
Ações FMC	103	96	93,20%	39	103	271,79%	164	167	101,83%
Subtotal	204	212	103,92%	133	240	181,20%	290	301	103,79%
N.º de formandos EFA	1 114	1 272	114,18%	1 033	1 451	140,46%	1 509	1 696	112,39%
N.º de formandos FMC	1 400	1 144	81,71%	446	1 223	276,23%	2 068	2 059	99,56%
Subtotal	2 514	2 416	96,10%	1 479	2 674	181,41%	3 577	3 755	104,98%
N.º de horas EFA	54 958	62 765	114,20%	57 953	63 525	113,07%	71 213	67 181	94,34%
N.º de horas FMC	12 958	10 387	80,16%	12 172	10 063	84,01%	19 698	17 626	89,48%
Subtotal	67 916	73 152	107,71%	70 125	73 588	108,02%	90 911	84 807	93,29%
Volume de Formação EFA	577 596	406 367	70,35%	590 227	447 582	75,93%	874 435	564 829	64,59%
Volume de Formação FMC	90 527	93 229	102,99%	189 810	85 267	44,92%	208 303	142 239	68,28%
Subtotal	668 123	499 597	74,78%	780 037	532 848	68,38%	1 082 738	707 068	65,30%

61. Da análise dos resultados conseguidos em 2023, por comparação com 2022, pode concluir-se que 2023 superou 2022 em todos os indicadores de referência, designadamente: foram realizados mais 61 cursos, o que corresponde a uma variação homóloga de mais 25% foram abrangidos mais 1.081 formandos, que se traduz em mais 40% do que em período homólogo; foram concretizadas mais 11.219 horas de formação, isto é, mais 15% do que em 2023 e executado um volume de mais 174.220 horas, mais 33% que em 2023.

[Handwritten signature]

62. Em síntese, e de uma forma global, pode concluir-se que as metas definidas no plano de formação foram atingidas ou superados, tendo o Centro atingido os objetivos propostos para o ano de 2023, designadamente, o de proporcionar o máximo de competências através do incremento do nível de escolaridade à sua população-alvo, a par do domínio das técnicas profissionais exigidas pelo mercado de trabalho, sendo este o veículo primordial para a plena (re)integração social dos formandos, que terão por esta via efetivamente, maior facilidade na obtenção de emprego.
63. Entende-se, contudo, ser necessário prestar atenção ao indicador volume de formação que deverá passar por ações de maior acompanhamento e sensibilização junto dos formandos dos EP, reforçando a importância das qualificações como fator determinante para uma melhor inserção social e profissional aquando do término das respetivas penas.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

VII - CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA FORMATIVA

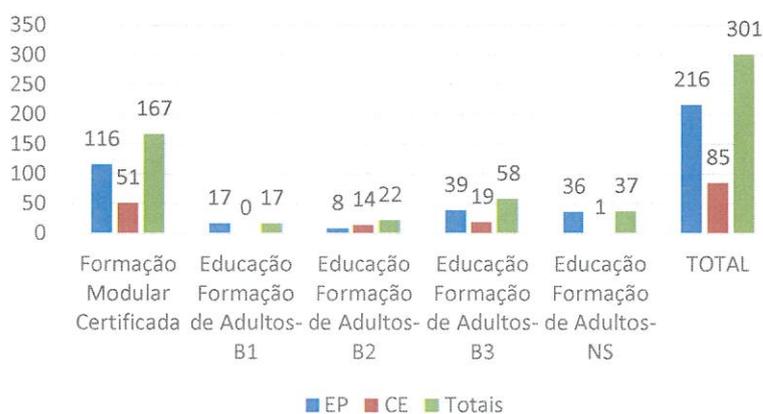
64. O quadro seguinte ilustra a distribuição das tipologias de formação, por EP e CE. A maior parte das ações foi implementada nos EP (71%). Contudo, em proporção a taxa de cobertura nos CE é francamente superior. Foram realizados 85 cursos em apenas 6 CE, enquanto os 216 cursos foram distribuídos por 39 EP.

Quadro 8 - Distribuição das ações por Tipologia

TIPOLOGIAS	EP	CE	Totais
Formação Modular Certificada	116	51	167
Educação e Formação de Adultos (EFA)	100	34	134
EFA - B1	17	0	17
EFA- B2	8	14	22
EFA- B3	39	19	58
EFA- NS	36	1	37
TOTAL	216	85	301

54. O gráfico seguinte retrata a distribuição da oferta formativa por tipologia de cursos. Em 2023, foram implementados mais 33 cursos FMC do que EFA e, destes, 72% são de nível básico.

Gráfico 9 - Distribuição das ações por Tipologia



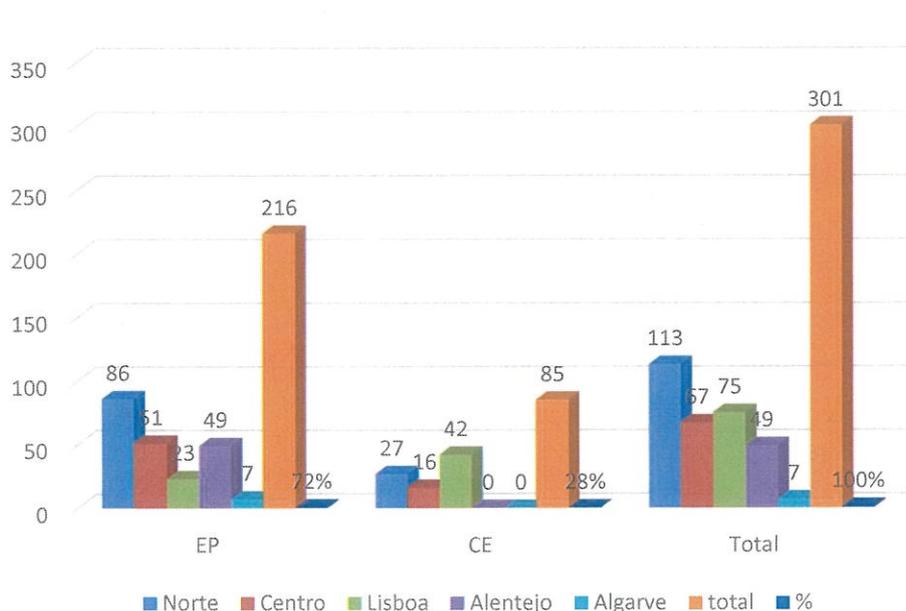
Handwritten signatures and initials in blue ink.

65. No quadro seguinte pode observar-se a distribuição geográfica da formação realizada, destacando-se a região Norte com 37% dos cursos implementados e, no extremo oposto, o Algarve com apenas 2%.

Quadro 9 - Distribuição de ações por região

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	total	%
EP	86	51	23	49	7	216	72%
CE	27	16	42	0	0	85	28%
Total	113	67	75	49	7	301	100%

Gráfico 10 - Execução do Plano de Formação por região



66. No Plano de Formação, foi abrangida uma grande diversidade de Áreas de formação/saídas profissionais, em diversas tipologias, conforme se pode observar no quadro seguinte:

Quadro 10- Áreas e itinerários de formação abrangidos nas ações de formação

Área Profissional	Itinerários de formação
000 – Formação de Base	Formação de Base
	Formação em Competências Básicas

Handwritten signature and initials

090 – Desenvolvimento Pessoal (Formação para a Inclusão)	Formar para (Re)Integrar
	Gestão da Carreira e Empreendedorismo
	Literacia Financeira
	Relacionamento Comercial e Vendas
	TPE Técnicas de Procura de Emprego
213 – Audiovisuais e produção dos media	Técnico/a Multimédia
215 – Artesanato	Calceteiro/a
	Pintura e Arte
582 – Construção Civil e Engenharia Civil	Canalizador/a
	Pedreiro/a
	Pintor/a da Construção Civil
	Construção Civil
525 – Construção e Reparação de Veículos a Motor	Mecânico/a de Serviços Rápidos
	Técnico/a de Mecatrónica Automóvel
	Pintor/a de Veículos
815 – Cuidados de Beleza	Cabeleireiro/a de Senhora
	Assistente de Cuidados de Beleza
	Assistente de Cabeleireiro
813 – Desporto	Técnico/a de Desporto
522 – Eletricidade e energia	Eletricista de Instalações
	Eletromecânico/a de Eletrodomésticos
	Eletromecânico/a de refrigeração e climatização
	Técnico/a de Instalações Elétricas
	Téc. Instalador/a Sistemas Solares Fotovoltaicos
	Técnico/a de Refrigeração e Climatização
523 – Eletrónica e Automação	Instalador/a – Reparador/a de Computadores
481 – Ciências Informáticas	Instalação e Gestão de Redes Informáticas
	Operador/a de Informática
	Programador/a de Informática
622 – Floricultura e Jardinagem	Operador/a de Jardinagem
	Técnico de Jardinagem e Espaços Verdes
811 – Hotelaria e Restauração	Cozinheiro/a
	Operador/a de Manutenção Hoteleira
	Empregado/a de Restaurante/Bar
	Técnico/a de Pastelaria/Padaria
541 – Indústrias Alimentares	Pasteleiro/a – Padeiro/a
542 – Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	Costureiro/a Industrial de Tecidos

Handwritten signatures and initials in blue ink.

543 – Materiais	Operador/a de Acabamentos de Madeira e Mobiliário
521 – Metalurgia e Metalomecânica	Serralheiro/a Civil
	Técnico de Soldadura
621 – Produção Agrícola e Animal	Operador/a Agrícola
812 – Turismo e Lazer	Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural
	Técnico/a de informação e animação e turística
999 – Empreendedorismo	Gestão de Carreira e Empreendedorismo

67. Como se pode constatar, existiu a preocupação de diversificar a oferta formativa do Centro, repartida por 46 saídas profissionais de 19 áreas de educação e formação, tendo em conta as prioridades formativas nacionais e as condições dos polos de formação designadamente, quanto aos espaços físicos e equipamentos disponíveis para a formação, bem como ainda em termos de empregabilidade, na sua vertente oferta/dinâmica do mercado de trabalho.

68. Para a realização da formação nos vários EP e CE, o CPJ no ano de 2023 contou com a colaboração das respetivas escolas associadas nos locais abaixo identificados:

Quadro 11 – Escolas associadas que colaboram com o CPJ

Zona	EP/CE	Locais onde existiu a colaboração das escolas associadas, através da disponibilização de formadores
Norte	EP Izeda	Escola Secundária Abade Baçal
	EP Porto	Escola Secundária João Gonçalves Zarco
	EP Bragança	Escola Secundária Abade Baçal
	EP Guimarães	Escola Agrupamento de Escolas João de Meira
	EP Braga	Escolas André Soares
	EP Vila Real	Agrupamento de Escolas Diogo Cão
	EP Chaves	Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins
	EP Paços de Ferreira	Escola Secundária de Paços de Ferreira
	EP Santa Cruz do Bispo	Agrupamento de Escolas Eng. Fernando Pinto de Oliveira
	EP Vale do Sousa	Escola Secundária de Paços de Ferreira
	CE Santa Clara	EB 2.3 da Escola Júlio Saúl Dias

	CE Santo António	Agrupamento de Escolas Carolina Michäelis (Escola 2.3. Irene Lisboa)
Centro	EP Coimbra	Agrupamento de Escolas Eugénio de Castro
	EP Guarda	Agrupamento de Escolas Afonso de Albuquerque
	EP Guarda (Extensão Mondego)	Escolas da Sé
	EP Leiria (Jovens)	Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo Agrupamento de Escolas D. Dinis
	EP Leiria	Agrupamento de Escolas D. Dinis
	CE Olivais	Agrupamento de Escolas Martim de Freitas
Lisboa e Vale do Tejo	CE Bela Vista	Colaboração com o Agrupamento de Escolas Gil Vicente
	CE Navarro Paiva	Agrupamento de Escolas de Benfica
	CE Padre António Oliveira	Agrupamento de Escolas de São Bruno
	EP Tires	Agrupamento de Escolas de Matilde Rosa Araújo
	EP Linhó	Agrupamento de Escolas de IBN Mucana
	EP Sintra	Agrupamento de Escolas Visconde Juromenha
	EP Carregueira	Agrupamento de Escolas de IBN Mucana
Alentejo	EP Alcoentre	Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira
	EP Vale de Judeus	Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva e Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira
	EP Pinheiro da Cruz	Agrupamento de Escolas de Grândola
	EP Elvas	Agrupamento de Escolas N.º 3

69. Quanto à distribuição dos formandos por género, 96% são homens, o que não é de estranhar considerando que as mulheres representavam em janeiro de 2022 uma percentagem de 7% no universo dos reclusos (SPACE I, relatório anual de estatísticas penais do Conselho da Europa — organização europeia de defesa de direitos humanos, democracia e Estado de Direito).

Assim, dos 3 755 formandos que frequentaram as ações de formação, 3 606 são do género masculino (3 013 em EP e 593 em CE) e 149 do género feminino (73 em EP e 76 em CE).

Quadro 12 - Distribuição de formandos por género

	Formandos				
	M	%	F	%	Total
EP	3013	98%	73	2%	3086
CE	593	89%	76	11%	669
Total	3606	96%	149	4%	3755

70. É a região Norte que recebe a maior percentagem de formação e abrange maior número de formandos (41%), como se pode verificar no quadro infra relativo à distribuição geográfica dos formandos

Quadro 13 - Distribuição de formandos por região

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Total	%
EP	1340	725	341	589	91	3086	82%
CE	205	127	337	0	0	669	18%
Total	1545	852	678	589	91	3755	100%
%	41%	23%	18%	16%	2%	100%	

71. O quadro seguinte permite perceber a distribuição das ações de formação e dos formandos por Estabelecimento Prisional e Centro Educativo.

Quadro 14 - Distribuição da Formação por CE/EP

Local	N.º EFA	Nº FMC	N.º Total Ações	N.º Formandos EFA	N.º Formandos FMC	N.º total de Formandos
CE Belavista	4	6	10	44	57	101
CE Navarro de Paiva	4	14	18	50	85	135
CE Olivais	8	8	16	56	71	127
CE Padre António Oliveira	5	9	14	38	63	101
CE Santa Clara	6	5	11	33	44	77
CE Santo António	7	9	16	60	68	128
EP Alcoentre	8	10	18	111	131	242
EP Aveiro	0	1	1	15	0	15
EP BEJA	0	3	3	0	40	40
EP Braga	1	7	8	27	91	118
EP Bragança	1	3	4	10	49	59
EP Caldas da Rainha	0	1	1	0	16	16
EP Carregueira	2	4	6	28	64	92
EP Castelo Branco	0	3	3	0	45	45
EP Caxias	0	1	1	0	15	15

Ad *[Handwritten signature]*

EP Chaves	1	2	3	20	32	52
EP Coimbra	5	4	9	68	55	123
EP Covilhã	0	1	1	0	12	12
EP Elvas	2	0	2	27	0	27
EP Évora	0	1	1	0	15	15
EP Faro	0	3	3	0	36	36
EP Guarda	7	8	15	101	118	219
EP Guimarães	2	0	2	29	0	29
EP Izeda	10	2	12	145	34	179
EP Lamego	0	2	2	0	31	31
EP Leiria	0	7	7	0	107	107
EP Leiria (Jovens)	10	0	10	131	0	131
EP Linhó	5	0	5	67	0	67
EP Lisboa	0	1	1	0	15	15
EP Montijo	0	1	1	0	16	16
EP Odemira	0	1	1	0	15	15
EP Olhão	0	1	1	0	15	15
EP Paços de Ferreira	12	8	20	160	136	296
EP Pinheiro da Cruz	1	4	5	19	49	68
EP Porto	8	3	11	105	42	147
EP Santa Cruz do Bispo	5	0	5	61	0	61
EP Setúbal	0	1	1	0	14	14
EP Silves	0	3	3	0	39	39
EP Sintra	3	4	7	42	50	92
EP Tires	0	2	2	0	30	30
EP Torres Novas	0	2	2	0	28	28
EP Vale de Judeus	7	11	18	103	146	249
EP Vale do Sousa	9	9	18	143	140	283
EP Viana do Castelo	0	2	2	0	30	30
EP Vila Real	0	1	1	0	18	18
Totais	133	168	301	1693	2062	3755

72. Em 2023, das 84 807 horas de formação ministradas, 62 417 horas (90%) dizem respeito a formação realizada em EP, sendo que 22 390 horas (10%) em formação realizada nos CE, registando-se uma maior predominância nas regiões Norte e Centro e Lisboa de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 15 - Distribuição das horas de formação

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Total	%
EP	31 130	12 792	6 031	11 960	504	62 417	74%
CE	6 970	4 643	10 777	0	0	22 390	26%
Total	38 100	17 435	16 808	11 960	504	84 807	100%
%	45%	21%	20%	14%	1%	100%	

[Handwritten signature]

73. Durante o ano de 2023 foram elaborados pelos técnicos da Divisão de Qualificação relatórios de acompanhamento de ações de formação referentes a visitas aos polos formativos com diferentes objetivos, nomeadamente, de abertura, acompanhamento e de encerramento de cursos.

Ass



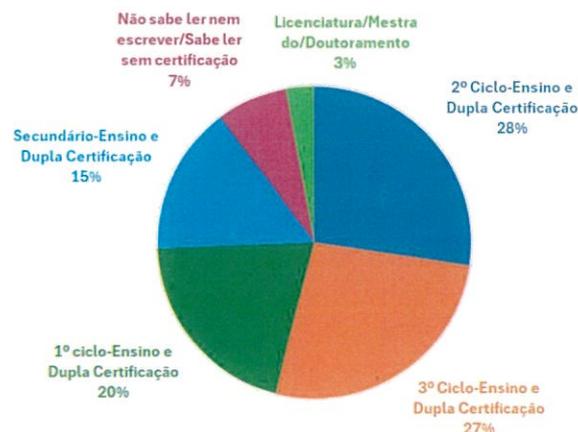
VIII – ATIVIDADE DO CENTRO QUALIFICA (CQ)

74. O CQ do CPJ tem como objetivo melhorar os níveis de qualificação e de empregabilidade dos indivíduos à guarda da Direção Geral de Reinserção Social e da População Civil do Conselho de Azambuja.
75. Dados do Relatório Promover Condições para a Qualificação Escolar e Profissional de Reclusos”, da autoria da DGRSP, relativos a 2021, indicam-nos que as habilitações académicas da população reclusa condenada, alocados aos EP nacionais, o Quadro abaixo, expõe quais os níveis de ensino que o Universo dos 9151 reclusos condenados (dados de 2022), alocados aos EP Nacionais, possuem:

Quadro 16 – Nível de Ensino da População Reclusa Condenada (2022)

Nível de Ensino da população reclusa/condenada por Ordem decrescente	Nº de Reclusos condenados	%
2º Ciclo do Ensino	2339	25,6%
3º Ciclo do Ensino	1968	21,5%
1º ciclo do Ensino	1849	20,2%
Secundário do Ensino	1143	12,5%
3º Ciclo Dupla Certificação	469	5,1%
Não Sabe Ler nem Escrever	352	3,8%
Sabe ler e escrever/Sem certificação	328	3,6%
Secundário Dupla Certificação	267	2,9%
Ensino Superior	221	2,4%
2º Ciclo Dupla Certificação	166	1,8%
Mestrado	26	0,3%
1º Ciclo Dupla Certificação	18	0,2%
Doutoramento	5	0,1%
Total Nacional	9151	100%

Gráfico 11 – Percentagem do Nível de Ensino da População Reclusa (2022)



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

76. Conforme patenteado no Quadro 14 e no Gráfico 12, verifica-se ser o 2.º Ciclo, com uma percentagem de 27,4%, o grau de ensino que prevalece junto da população reclusa, seguindo-se o 3.º Ciclo com 26,6%, o 1.º Ciclo com 20,4%, o Secundário com 15,4%. Não sabe ler nem escrever e Sabe ler, mas não tem certificado com 7,4% e no Ensino superior, nomeadamente Licenciatura, Mestrado e Doutoramento com uma percentagem de 2,8%. Ou seja, a esmagadora maioria desta população (82%) não possui sequer o ensino secundário, facto que torna muito pertinente a resposta do CQ junto destes adultos.
77. O CQ do CPJ procede a um serviço de informação, orientação e encaminhamento a todos os candidatos à oferta formativa promovida pelo CPJ, bem como à população residente no concelho de Azambuja. Realizando, também, e processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) adquiridas ao longo da vida, por vias formais, informais e não formais, na sua vertente escolar, profissional ou de dupla certificação.
78. Todo o trabalho desenvolvido é feito em estreita colaboração com a Divisão de Qualificação do CPJ, conseguindo-se, desta forma, rentabilizar todo um trabalho efetuado pelo CQ, não apenas no sentido de se conseguir que as ações promovidas pelo CPJ, possam ir de encontro, o mais possível, ao perfil e necessidades patenteadas pelos candidatos, mas também no sentido de ser aproveitado todo o trabalho administrativo efetuado no CQ que, posteriormente, não carece de duplicação quando encaminhado para esta Divisão.

Equipa

79. Durante o ano de 2023, a equipa do Centro Qualifica do CPJ (CQ do CPJ) foi constituída por uma estrutura central sedeadada no Núcleo de Formação de Alcoentre (NFA) a qual dá resposta administrativa a toda a zona geográfica em que intervém, nomeadamente: Lisboa, Alentejo/Algarve, Norte.
80. A equipa nuclear foi constituída por seis Técnicos de Orientação, Reconhecimento e Validação de Competências (TORVC). Esta equipa foi responsável pela inscrição, orientação e encaminhamento para ofertas formativas (incluindo Processos RVCC, Cursos EFA, e outros) e realização de Comissões de Avaliação e Certificação (CAC) da população prisional de todos os estabelecimentos prisionais em território nacional e da população civil do concelho de Azambuja. O trabalho da equipa incluiu, ainda, o acompanhamento, sobretudo nas fases iniciais, dos adultos encaminhados para

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Processos RVCC, bem como a gestão de todo o trabalho administrativo inerente às etapas de orientação, encaminhamento e reconhecimento/validação de competências, incluindo a introdução de dados na plataforma SIGO e contactos com outras Entidades/Instituições. Compete à equipa nuclear a comunicação direta com os TORV que se encontram no terreno, bem como, a articulação com a equipa de formadores.

- 81.** Dada a dispersão do território em que atua este Centro, são contratados TORVC, localmente, com a seguinte distribuição: dois na zona Norte e quatro na zona Sul, tendo como objetivo uma atuação mais eficaz e célere por parte do CQ do CPJ.
- 82.** Na zona Norte, o CQ do CPJ tem atuado nos Estabelecimentos Prisionais do Porto, Paços de Ferreira e Vale do Sousa, PJ do Porto, Bragança, Izeda, Hospital Magalhães de Lemos e Coimbra.
- 83.** Na zona Sul, o Centro tem dado resposta à população prisional dos Estabelecimentos Prisionais de Setúbal, Pinheiro da Cruz, Silves, Elvas, Faro e Olhão.
- 84.** A Equipa dos Centro Qualifica é constituída, também, por formadores para os Processos RVCC Escolar e RVCC PRO. Estes formadores são responsáveis, em articulação com os Técnicos ORVC, pelas várias fases do reconhecimento, validação e certificação de competências (escolares ou profissionais). As suas tarefas incluem a descodificação dos Referenciais, análise dos Portfólios Reflexivos de Aprendizagens (PRA), colaborar na preparação dos(as) adultos(as) para as provas de certificação, preparação de sessões de júris e inserção de dados na plataforma SIGO. Os formadores do RVCC PRO realizam, ainda, entrevistas técnicas e os formadores do RVCC Escolar, quando necessário, desenvolvem sessões de formação complementar. Ao longo do Projeto foi na gestão dos formadores contratados que se foram introduzindo alterações, concluindo-se que a estratégia inicial de contratação de formadores localmente, conduzia a uma equipa de grandes dimensões, mas com pouca estabilidade e coesão, o que dificultava os processos de comunicação. Assim, optou-se por centralizar a equipa de formadores, trabalhando-se com maior regularidade em itinerância.
- 85.** Com o objetivo de aumentar a uniformização de procedimentos por parte da equipa em todos os locais em que o CQ do CPJ atua, foram criadas várias Orientações Metodológicas internas disponibilizadas a todos os elementos que já integravam ou passaram a integrar a equipa, as quais têm sido atualizadas de forma regular, com o intuito de irem de encontro às exigências da Carta de Qualidade. Ainda com este propósito, durante o presente ano, foi iniciada a criação de uma Plataforma de Gestão dos Processos de RVCC, com acesso online, a qual será disponibilizada no próximo ano a toda a equipa do CQ do

CPJ. Esta não só dará um acesso facilitado a toda a documentação dos Adultos em Processo de RVCC, como permitirá um registo imediato das sessões e outras informações pertinentes, funcionando igualmente como um arquivo digital, tendo, também, a potencialidade de realizar tratamento de dados estatísticos, fundamentais, para a autoavaliação do próprio Centro.

86. Por último, destacamos a importância da formação frequentada pela equipa ao longo do ano de 2023, a qual foi fundamental para o reforço de competências indispensáveis às novas necessidades com que se foi deparando:

- Igualdade de Género
- VISION - Visualising the Future Through Training" – Projeto ERASMUS
- Sessão de formação PRR_ANQEP | Centros Qualifica_Acelerador Qualifica
- Encontro Nacional de Educação e Formação de Adultos, Universidade Aberta
- Webinário - Competências dos Jovens: qualificação para um futuro com sucesso
- Webinar – Inovação, Sustentabilidade e Direitos Humanos
- Webinar - Contributos da Educação e da Formação para a inclusão das Pessoas com Deficiências e Incapacidades
- Webinar: Mentoring Justice Involved Youth Webinar

Protocolos e Parcerias

87. O Centro Qualifica do Centro Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça, tem como principal parceiro a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, cuja abrangência é de âmbito nacional, com exceção dos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Com este parceiro são realizadas ações de informação e divulgação em todos os Estabelecimentos Prisionais, das quais resultam inscrições de Adultos com perfis bastante heterogéneos. Após a fase de acolhimento, diagnóstico e encaminhamento, os mesmos são encaminhados para as ofertas disponíveis em cada EP, de acordo com o seu perfil e motivações futuras. A maior parte da população prisional, devido à sua baixa qualificação escolar e profissional, apresenta perfil compatível com percursos EFA ou FMC, sendo uma percentagem mais reduzida aquela que é encaminhada para Processo de RVCC Escolar e/ou Profissional, ainda assim, do total de Adultos encaminhados para esta oferta, a maioria são reclusos.

88. O CQ do CPJ, no âmbito da articulação com outras entidades também é membro do Conselho Local de Ação Social de Azambuja e do Conselho Municipal de Educação de Azambuja.

Quadro 17 – Parcerias

DGRSP
Câmara Municipal de Azambuja
Câmara Municipal de Rio Maior
IEFP Santarém
Bombeiros Voluntários de Alcoentre (BVA)
Bombeiros Voluntários da Castanheira do Ribatejo
Profiforma
Gabinae
Confederação de Agricultores de Almeirim
Escola D. Carlos I
Plano Nacional de Leitura
Agrupamento Escolas dos Templários
CQ da TAIPA
CAP – Confederação dos agricultores de Portugal
2065 – ADL
GIP- Gabinete de Inserção Profissional
Agrupamento de Escolas João de Meira

Itinerâncias

89. Neste ponto, importa salientar que a articulação com o nosso principal parceiro implica um trabalho realizado, quase na sua totalidade, em itinerância, o qual assume elevado impacto em toda a organização interna do CQ do CPJ. Estas itinerâncias são efetuadas, sobretudo em Estabelecimentos Prisionais e não têm data de fim, pois as mesmas fazem parte de um trabalho quotidiano do Centro Qualifica do CPJ.

Áreas profissionais autorizadas para o Processo de RVCC Profissional para o CQ do CPJ

90. As áreas profissionais passíveis de certificação pelo processo RVCC profissional do CQ do CPJ, após autorização da ANQEP, encontram-se representadas no quadro seguinte:

Quadro 18 – Áreas Profissionais

Hotelaria e Restauração	Construção Civil e Engenharia Civil
Comércio	Eletricidade e Energia
Construção e Reparação de Veículos a Motor	Floricultura e Jardinagem
Materiais	Secretariado e Trabalho Administrativo
Produção Agrícola e Animal	Serviços de Apoio a Crianças e Jovens
Trabalho Social e Orientação	Metalurgia e Metalomecânica
Proteção de Bens e Pessoas	

Comissões de Avaliação e Certificação (CAC)

91. As CAC permitem que candidatos que apresentem um percurso incompleto de qualificação, com certificações parciais obtidas em mais do que uma modalidade de educação e formação ou em processo de RVCC, possam obter uma qualificação. Ao longo de 2023 o número de CT realizadas sofreu um elevado incremento, tendo sido realizadas 100 certificações.

Atividades Desenvolvidas e Planeadas

92. Com o objetivo de captação de públicos com menor qualificação escolar e, pelo facto do CQ do CPJ estar sediado numa zona rural, a disponibilização de ofertas relacionadas com a atividade agrícola, permitiu que muitos Adultos ligados a esta área, voltassem a receber formação e a interessarem-se pelo aumento das suas qualificações. Só em 2023, foi possível encaminhar cerca de 100 candidatos.

93. Outras estratégias utilizadas para aumentar a motivação do nosso público-alvo e mobilizar adultos, foram:

- Participação no projeto SMAL, enquadrado no Plano Nacional de Leitura 2017-2027, para assinalar o Dia Internacional da Literacia, onde foi realizado um concurso, no Estabelecimento Prisional de Alcoentre, que teve como ponto de partida a leitura do Conto: "A maior flor do Mundo", de José Saramago. Após a votação de um júri criado para o efeito, foi realizada uma cerimónia de divulgação dos resultados da votação, na qual foram atribuídos prémios aos três melhores trabalhos, realizados pela turma de RVCC a decorrer neste Estabelecimento.

- O CQ procedeu também ao encaminhamento de 20 cidadãos estrangeiros para cursos de “Português Língua de Acolhimento”, estando outros 20 a aguardar documentação para a sua frequência.
- Para além da formação “Conduzir e Operar Tratores em Segurança” disponibilizou-se também a formação “Aplicação de Produtos Psicofarmacêuticos” através da parceria com entidades formadoras externas.
- No que se refere à população civil, o recurso às redes sociais, foi fundamental para a captação de público para as ofertas disponibilizadas,
- As parcerias com diversas entidades que apresentam serviços de proximidade com a população local, nomeadamente, juntas de freguesia ou entidade formadoras que apresentam ofertas formativas que vão de encontro ao levantamento de necessidades identificadas junto do nosso público, é outras das estratégias utilizadas por este Centro.

94. Salienta-se, também, que ao longo de 2023, o coordenador do CQ do CPJ participou em todas as reuniões da do Conselho Municipal de Educação de Azambuja e no Conselho Local de Ação Social do Conselho de Azambuja, estando também o CQ do CPJ representados no Grupo Operativo, através de uma TORVC, onde tem sido possível dar respostas às necessidades identificadas localmente no que se refere às questões da educação/formação, nomeadamente através da realização de sessões de divulgação da oferta do Centro em todas as reuniões com os encarregados de educação do Agrupamento de Escolas do Alto Concelho.

Execução Física

Quadro 19 - Resultados Obtidos Ano 2023

Código Centro Qualifica	Designação	Meta Inscrições	Total 2023 Inscrições	Total 2023 Encaminham	Total 2023 Encaminhados outras modalidades	Total 2023 Encaminham RVCC	Total 2023 Certificações em RVCC	Total 2023 Certificações outras modalidades
1045216	CPJ	800	1565	1609	1436	173	103	1699

95. No que se refere à análise dos resultados obtidos pelo CQ do CPJ no ano 2023, conforme apresentado no Quadro n.º 20, verifica-se que, no que se refere às metas

contratualizadas para inscritos, uma vez mais, foi possível, não só atingir, como ultrapassar, em muito, o objetivo definido.

96. A meta relativa a encaminhamentos, fixada em 720, foi igualmente superada em mais do dobro. No que respeita às Certificações obtidas pelo Centro qualifica (103), verifica-se um aumento das mesmas quando comparadas com os anos anteriores e das certificações obtidas, 67% são de nível secundário, 25% de nível básico e 8% profissional.
97. Relativamente às certificações nas diferentes modalidades, decorrentes da intervenção do Centro, podemos referir que, os encaminhamentos efetuados pelo CQ do CPJ, traduzem-se num elevado número de certificações efetivas (1699).
98. Salienta-se, ainda, que no que concerne ao encaminhamento para Processo de RVCC, sobretudo de nível profissional, os resultados, ainda ficam aquém dos objetivos contratualizados. Para justificar esta situação consideram-se relevantes os seguintes aspetos:
- A população prisional apresenta um nível muito baixo de competências profissionais, e dentro de um mesmo EP poder-se-á encontrar isoladamente um ou outro adulto com competências numa determinada área, o que levanta constrangimentos na gestão orçamental do Centro.
 - Apesar da baixa escolaridade verificada na população reclusa, atualmente verifica-se que nestes casos, na sua maioria, são adultos sem quaisquer competências escolares, cujo perfil exige um encaminhamento para um percurso formativo que lhe confira as referidas competências.
 - Ainda no contexto prisional, dada a situação de precariedade em que os adultos vivem, muitas vezes no processo de negociação do encaminhamento, este tende a recair sobre os percursos que permitem auferir alguma verba para adquirirem bens de primeira necessidade. Também nas situações de penas muito longas, não só o recluso, mas também o próprio EP, tende a dar preferência aos percursos que mantem o adulto ocupado durante um período mais longo de tempo.

IX – ATIVIDADE FINANCEIRA

99. O quadro abaixo apresenta a execução orçamental de 2023, contemplando os correspondentes desvios da receita cobrada e despesa paga, face às dotações disponíveis, com o respetivo grau de execução orçamental geral de receita e de despesa

Quadro 20- Execução orçamental global

Descrição	Dotações corrigidas	Execução	Desvio	Grau de execução orçamental
Na posse do serviço	178 659,00 €	6 291,65 €	- 172 367,35 €	4%
Receitas correntes	4 108 797,00 €	3 883 518,28 €	- 225 278,72 €	95%
Receitas de capital	1 588 863,00 €	259 512,46 €	- 1 329 350,54 €	16%
Total da receita (1)	5 876 319,00 €	4 149 322,39 €	- 1 726 996,61 €	71%
Despesas correntes	4 108 704,00 €	3 809 809,53 €	- 298 894,47 €	93%
Despesas de capital	1 595 506,00 €	255 372,66 €	- 1 340 133,34 €	16%
Total da despesa (2)	5 704 210,00 €	4 065 182,19 €	- 1 639 027,81 €	71%
Saldo de gerência (1) - (-2)		84 140,20 €		

100. O nível de execução global da receita total situou-se em cerca de 71%, em linha com a execução global da despesa também em cerca de 71%. Apurando-se um saldo de 84.140,20€, resultante da diferença entre a receita executada e despesa paga.

101. É a seguir apresentada a execução orçamental da receita, por classes:

Quadro 21- Execução orçamental da receita

Saldo na posse do serviço	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
Na posse do serviço	178 659,00 €	6 291,65 €	- 172 367,35 €	4%
Total - Saldo na posse do serviço	178 659,00 €	6 291,65 €	- 172 367,35 €	4%
Receitas correntes	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
Receitas próprias - outras instituições	10 255,00 €	10 254,81 €	- 0,19 €	100%
Receitas próprias - CEDIC - Administração - Estado	35,00 €	34,47 €	- 0,53 €	98%
Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - DGRSP	526 765,00 €	526 765,00 €	- €	100%
Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP - IEFP, IP	3 572 000,00 €	3 346 464,00 €	- 225 536,00 €	94%
Total - Receitas correntes	4 109 055,00 €	3 883 518,28 €	- 225 536,72 €	95%
Receitas de capital	Previsões corrigidas	Receita cobrada líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
Funcionamento				
Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP - IEFP, IP	97 000,00 €	97 000,00 €	- €	100%
RNAP - Reposições não abatidas aos pagamentos	1 744,00 €	1 742,78 €	- 1,22 €	100%
Plano de Recuperação e Resiliência - PRR				
Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP - IEFP, IP	1 490 119,00 €	160 769,68 €	- 1 329 349,32 €	11%
Total - Receitas de capital	1 588 863,00 €	259 512,46 €	- 1 329 350,54 €	16%
Total Geral	5 876 577,00 €	4 149 322,39 €	- 1 727 254,61 €	71%

102. O saldo na posse do serviço corresponde aos saldos de gerência de anos anteriores, pelo que a sua execução não teve na sua origem qualquer transferência no ano, a receita

cobrada (6.291,65€) corresponde exatamente ao saldo de gerência de 2022 inscrito em 2023. O desvio apurado nesta classe, deve-se à aplicação em CEDIC dos saldos de gerência acumulados a 2022 ter sido realizada através do registo orçamental de restituição da receita cobrada líquida (172.366,34€), conforme instruções da DGO e do GEP.

- 103.** As receitas correntes e de capital são recursos financeiros auferidos principalmente no âmbito do protocolo de criação do Centro, Portaria n.º 538/88 de 10 de agosto, sendo provenientes do IEFP, IP e DGRSP.
- 104.** A execução de 95% em receitas correntes reflete que a receita cobrada líquida foi inferior à receita disponível no montante de 225.536,72€.
- 105.** Em relação à execução das receitas de capital de 16% esta apresenta-se bastante aquém do esperado, contudo ressalve-se a execução plena (100%) das receitas provenientes do IEFP, IP – Funcionamento. Quanto à receita no âmbito do PRR foi cobrada receita no montante de 160.769,68€, que representou uma execução de 11% das previsões corrigidas.
- 106.** O quadro seguinte apresenta em detalhe a decomposição da receita no último triénio:

Quadro 22 - Detalhe da receita

	2021	2022	2023
Total da Receita	3 618 918,00 €	4 940 265,00 €	5 876 577,00 €
Cativos/Reserva (-)	0,00 €	4 470,00 €	0,00 €
Receita Disponível	3 618 918,00 €	4 935 795,00 €	5 876 577,00 €
Receita Cobrada	3 588 871,47 €	3 672 116,11 €	4 149 322,39 €
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA COBRADA			
RECEITAS CORRENTES			
IEFP	2 833 495,82 €	2 943 541,00 €	3 346 464,00 €
DGRSP	447 938,00 €	375 237,00 €	526 765,00 €
Projeto Vision - Erasmus +	0,00 €	0,00 €	10 254,81 €
Receitas próprias - CEDIC	0,00 €	0,00 €	34,47 €
Subtotal (1)	3 281 433,82 €	3 318 778,00 €	3 883 518,28 €
RECEITAS DE CAPITAL			
Reposições não abatidas aos pagamentos	42,33 €	441,77 €	1 742,78 €
Outras receitas de capital/Indeminizações	699,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências de Capital	135 000,00 €	180 530,00 €	257 769,68 €
IEFP (Plafond)	135 000,00 €	180 530,00 €	97 000,00 €
IEFP (PRR)	0,00 €	0,00 €	160 769,68 €
Subtotal (2)	135 741,33 €	180 971,77 €	259 512,46 €
Receita Cobrada - Líquida de SG (3) = (1) + (2)	3 454 519,33 €	3 499 749,77 €	4 143 030,74 €
Saldo de Gerência anterior * (4)	171 696,32 €	172 366,34 €	6 291,65 €
Total de receita do ano (3) + (4)	3 626 215,65 €	3 672 116,11 €	4 149 322,39 €

* Esta receita não teve subjacente qualquer fluxo financeiro visto se tratar do saldo de disponibilidades relativo ao saldo da gerência anterior, da componente que fica em posse do CPJ.

107. A receita cobrada líquida em 2023, foi de € 4.149.322,39, decomposta em € 3.883.518,28 (93,5%) relativos a receitas correntes e € 259.512,46 (6,25%) de receitas de capital, encontra-se também inscrito em receita o montante de € 6.291,65 (0,25%), referente à parcela do saldo de gerência de 2022, que ficou na posse do Centro, porquanto não originada por qualquer fluxo financeiro em 2023.

108. O acréscimo de receita corrente arrecadada em 2023, no montante de € 3.883.518,28, face à arrecadada em 2022 e 2021, de € 3.318.778,00 e € 3.281.871,47€, respetivamente, deve-se ao reforço orçamental atribuído pelo IEFP, IP (€ 765,000) no decurso da execução orçamental, no mês de maio. Este reforço permitiu o pagamento das bolsas de formação de formação de acordo com o aumento do valor/hora já aplicado em 2022, dado o plafond atribuído pelo IEFP, IP em sede de orçamento para 2023 não ter permitido acompanhar tais despesas, nem, por conseguinte, o arranque de novas ações.

109. Mais se refira que em 2023, com a retoma do funcionamento do seu Conselho de Administração, o CPJ iniciou a execução do investimento no âmbito do PRR- Plano de Recuperação e Resiliência, tendo arrecadado € 160.769,68 de receita de capital, no exato montante da despesa realizado.

110. Em relação a projetos comunitários, foi arrecadada uma receita, de € 10.254,81, decorrente da respetiva aplicação em despesa do primeiro adiantamento no âmbito do projeto Vision – Erasmus+.

111. Apresenta-se de seguida a execução orçamental da despesa do ano de 2023 face às dotações corrigidas:

Quadro 23 – Execução orçamental da despesa

Despesas Correntes	Dotações corrigidas	Despesa paga líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
D1. Despesas com o pessoal	1 016 115,00 €	983 534,30 €	- 32 580,70 €	97%
D2. Aquisição de bens e serviços	2 316 824,00 €	2 167 734,07 €	- 149 089,93 €	94%
D4. Transferências e subsídios correntes	775 456,00 €	658 497,48 €	- 116 958,52 €	85%
D6. Outras despesas correntes	309,00 €	43,68 €	- 265,32 €	14%
Total - Receitas correntes	4 108 704,00 €	3 809 809,53 €	- 298 894,47 €	93%
Despesas de capital	Previsões corrigidas	Despesa paga líquida	Desvio	Grau de execução orçamental
D7. Investimento	1 589 214,00 €	249 081,01 €	- 1 340 132,99 €	16%
D9. Despesas com ativos financeiros	6 292,00 €	6 291,65 €	- 0,35 €	100%
Total - Despesas de capital	1 595 506,00 €	255 372,66 €	- 1 340 133,34 €	16%
Total Geral	5 704 210,00 €	4 065 182,19 €	- 1 639 027,81 €	71%

- 112.** O grau de execução orçamental da despesa global com base na despesa paga cifrase nos 71%, em linha com o grau de execução orçamental da receita cobrada líquida também de 71%.
- 113.** Em relação às despesas correntes, o desvio apresentado face às dotações corrigidas no montante de - 298.894,97€, deve-se, essencialmente, às rubricas de “Aquisição bens e serviços” e de “Transferências e subsídios correntes”, com desvios de -149.089,93€ e - 116.958,52€, respetivamente.
- 114.** A decomposição da despesa paga líquida por agrupamento económico, é apresentada no quadro seguinte:

Quadro 24 – Despesas totais por agrupamento económico

	2021	%	2022	%	2023	%
Total da Despesa	3 412 276,33 €		3 616 446,19 €		4 065 182,19 €	
Despesas Correntes (por Agrupamento Económico)	3 277 295,59 €	96,04%	3 263 573,34 €	90,24%	3 809 809,53 €	93,72%
01 - Despesas com o Pessoal	1 011 823,54 €	29,65%	977 382,23 €	27,03%	983 534,30 €	24,19%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	2 022 806,91 €	59,28%	1 814 644,54 €	50,18%	2 167 734,07 €	53,32%
04 - Transferências Correntes	240 576,09 €	7,05%	471 148,51 €	13,03%	658 497,48 €	16,20%
06 - Outras Despesas Correntes	2 089,05 €	0,061%	398,06 €	0,011%	43,68 €	0,001%
Despesas de Capital (por Agrupamento Económico)	134 980,74 €	3,96%	352 872,85 €	9,76%	255 372,66 €	6,28%
07 - Aquisição de Bens de Capital	134 980,74 €	3,96%	180 506,51 €	4,99%	249 081,01 €	6,13%
IEFP (Plafond)	134 980,74 €	3,96%	180 506,51 €	4,99%	88 311,33 €	2,17%
IEFP (PRR)	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	160 769,68 €	3,95%
09 - Ativos Financeiros	0,00 €	0,00%	172 366,34 €	5,282%	6 291,65 €	0,165%
Saldo de Gerência - IEFP *	4 228,80 €		49 378,37 €		74 163,58 €	

* Nos anos de 2021, 2022 e 2023, em consonância com o plasmado nas respetivas Leis do Orçamento de Estado, a componente do saldo de gerência com origem em transferências do IEFP, IP, que são transferidas para o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., conforme legalmente determinado. Estas verbas não são inscritas no orçamento de despesa, mas sim classificadas em operações extraorçamentais em cumprimento das instruções emanadas pela Direção Geral do Orçamento (DGO).

- 115.** A despesa paga líquida do ano, atingiu o valor global de € 4.065.182,19, repartida por 3.809.809,53€ (93,72%) em despesas correntes e 255.372,66€ (6,28%) em despesas de Capital.
- 116.** Pela análise comparativa da execução orçamental de 2023 face à de 2022 e de 2021, verifica-se que o aumento mais significativo de despesa ocorreu nos agrupamentos económicos 02 – Aquisições e Bens e Serviços (“02”) e 04- Transferências Correntes (“04”). Assim, face a 2021, apurou-se um acréscimo de despesa no agrupamento “02” de € 144.927,16 (6,69%) e no “04” de € 353.089,53% (16,29%). Em relação a execução de

2022, um acréscimo de despesa no agrupamento “02” de € 417.921,39 (63,47%) e de € 187.348,97 (28,45%).

- 117.** Refira-se que aumento de despesa verificado nestes agrupamentos económicos, onde são registadas, nomeadamente, as despesas com prestadores de serviços de formação (“02”) e as bolsas pagas aos formandos (“04”), acompanham o aumento de atividade do Centro em 2023.
- 118.** Também as despesas com aquisição de bens de capital de 2023, no montante de € 249.081,01, consubstanciam um aumento de despesa face a 2021 e 2022, de € 114.100,27 (45,81%) e € 68.574,50 (27,53%), explicada fundamentalmente pelo início da execução do investimento PRR-Plano de Recuperação e Resiliência no ano, no montante de € 160.769,68.
- 119.** Em relação às despesas de capital relativas a ativos financeiros, consubstanciam a aplicação em CEDIC dos saldos de gerência acumulados na posse do serviço, cuja obrigatoriedade iniciou-se em 2022. Face a 2022, a variação negativa apurada em 2023 de - € 166.074,68 (-2639,60%), deve-se a somente ter sido registado em despesa com a aplicação em CEDIC, o montante do saldo de gerência de 2022 (6.291,65€), o remanescente aplicado (172.366,34€), tal como referido no ponto 102, foi registado como restituição de receita.
- 120.** O saldo de gerência apurado no ano de 2023, resultante da diferença entre o total da receita cobrada líquida (€ 4.149.322,39) e a despesa paga líquida (€ 4.065.182,19), foi de € 84.140,20. Este saldo corresponde assim à parcela da receita arrecadada não aplicada em despesa no ano, que transita para o ano de 2024.
- 121.** A decomposição do saldo de gerência por origem de receitas, encontra-se representado no quadro seguinte:

Quadro 25 – Decomposição do saldo de gerência de 2023

Origem	Valores	%
Transferências do IEFP, IP - Funcionamento	63 380,10 €	75,33%
Transferências do IEFP, IP - Capital	10 783,48 €	12,82%
sub-total (1)	74 163,58 €	88,14%
Transferências da DGRSP - Funcionamento	9 976,62 €	11,86%
sub-total (2)	9 976,62 €	11,86%
Total	84 140,20 €	100,00%

- 122.** O saldo de gerência é composto por uma parcela de € 74.163,58 (88,14%) com origem nas transferências do IEFP, IP, decomposto por €63.380,10 de transferências

Handwritten signatures and initials in blue ink.

para funcionamento e € 10.783,48 de capital e, uma outra parcela, com origem na transferência para funcionamento da DGRSP no montante de € 9.976,62 (11,86%).

123. Nos termos do n.º 4 do artigo 19.º da DLEO/2024 a parcela do saldo de gerência de 2023, oriunda de transferência do IEFP, IP, será devolvida em 2024 ao IGFSS, IP, já a parcela oriunda da DGRSP, é registada em 2024 como saldo de gerência na posse do serviço, sendo a sua utilização (aplicação em despesa) condicionada à obtenção da autorização conjunta da tutela e das finanças.

124. Refira-se ainda que o saldo de gerência na posse do serviço, acumulado a 2023, é de € 188.634,61, relativo, exclusivamente, à parcela dos saldos de anos anteriores oriundos de transferências da DGRSP, conforme seguinte quadro:

Quadro 26 – Saldo de gerência acumulado na posse do serviço

Origem dos Saldos	Anos Anteriores	Ano 2023	Total
Transferências da DGRSP - Funcionamento	178 657,99 €	9 976,62 €	188 634,61 €

125. O grau de execução orçamental da despesa paga líquida face à receita cobrada líquida, foi de 97,97%, sem variação digna de registo face aos períodos homólogos de 2021 e 2022:

Quadro 27 – Execução orçamental – despesa total vs receita total

	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023
Receita Total	3 417 175,15 €	3 499 749,77 €	4 149 322,39 €
Despesa Total	3 412 276,33 €	3 444 079,85 €	4 065 182,19 €
% de execução orçamental	99,86%	98,41%	97,97%

126. O quadro seguinte elenca as despesas correntes de 2023 não respeitantes à atividade formativa do CPJ:

Quadro 28 - Execução financeira - despesas extra formação

	Ano 2021	%	Ano 2022	%	Ano 2023	%
Despesas com Viaturas	16 871,05 €	3,22%	22 410,73 €	4,42%	16 745,19 €	3,14%
Despesas com Obras Externas	22 365,21 €	4,26%	4 387,39 €	0,86%	4 280,89 €	0,80%
Despesas com Obras Internas	96 343,37 €	18,36%	25 518,83 €	5,03%	884,01 €	0,17%
Centro Qualifica	261 762,34 €	49,88%	280 326,70 €	55,24%	353 237,43 €	66,24%
Outras Despesas	127 405,55 €	24,28%	174 867,63 €	34,46%	158 148,71 €	29,65%
Total	524 747,52 €	100,00%	507 511,28 €	100,00%	533 296,23 €	100,00%

127. Da análise do mapa, considera-se destacar a redução significativa da despesa com obras internas em 2023. Com efeito, face a 2021 e 2022, a despesa realizada nesta

rubrica, de € 884,01 apurada, reflete uma variação negativa de € 95.459,36€ (-10.798,45%) e de € 24.634,82 (-2.786,71%) face a 2022, respetivamente. A diferença tão expressiva face a 2021, é explicada, fundamentalmente, por neste ano terem sido efetuadas significativas obras de melhoramento no Centro, nomeadamente, a substituição das telhas de amianto dos espaços formativos e a aplicação do telheiro das alfaias agrícolas no NFA, que ascenderam a € 82.660,21, bem como ainda a pintura e repavimentação da Sede, que ascendeu a € 12.661,01. Em 2022, prosseguiram as obras do NFA, que ascenderam a € 20.684,44, bem como na Sede, perfazendo estas € 4.834,39.

128. Quanto a variações positivas nesta rubrica, destaca-se o aumento expressivo da despesa com o Centro Qualifica do CPJ (CQ) face a 2021 e 2022, de € 91.475,09 (25,90%) e de € 72.910,73 (20,64%), consubstanciada fundamentalmente pelo aumento da despesa com os prestadores de serviços afetos ao CQ.

129. A execução da despesa corrente líquida com a formação face às despesas correntes totais, bem como os indicadores despesa/hora/formação e despesa/hora/formando, são apresentados no quadro seguinte:

Quadro 29- Execução financeira - despesas correntes/funcionamento com formação

	Ano 2021	%*	Ano 2022	%*	Ano 2023	%*
Despesas correntes totais **	3 277 295,59 €		3 263 573,34 €		3 801 649,53 €	
Despesas correntes totais c/ Formação	2 752 548,07 €	83,99%	2 756 062,06 €	84,45%	3 268 353,30 €	85,97%
Horas de formação executadas no ano	73 152		73 588		84 807	
Despesa Hora Formação	37,63 €		37,45 €		38,54 €	
Volume de formação executado no ano	499 597		523 848		707 068	
Despesa Hora Formando	5,51 €		5,26 €		4,62 €	

* Face a despesas correntes totais

** Despesas correntes totais, líquidas das despesas com o Projeto Vision

130. Como se constata, a taxa de execução tem-se mantido constante entre 2021 e 2023, na ordem dos 85%, bem demonstrando que, em regra, cerca de 15% das despesas correntes são relativas a despesas extra formação.

131. Tendo por base a informação de execução física do presente documento, expressa no “Quadro 5 – Mapa resumo de execução física”, foram apurados os indicadores despesa/hora/formação e despesa/hora/formando.

132. Da análise evolutiva dos indicadores não se registam alterações significativas no triénio 2021-2023, sem variações expressivas dignas de destaque. Importa ressaltar que o CPJ prossegue uma política de gestão assente na máxima racionalização dos recursos financeiros, conducente à obtenção de melhores resultados.

133. Foram as realizadas despesas em obras de adaptação e/ou manutenção, conforme indicado no quadro seguinte:

Quadro 30 – Obras realizadas

	Local	Despesa
Obras Internas	Sede-Manutenção e conservação das instalações	539,98 €
	NFA-Obra de ampliação do Edifício R (Alvenarias)	153,82 €
	NFA-Reparação do Sistema Elétrico	190,21 €
Subtotal (1)		884,01 €
Obras Externas	EP Vale de Judeus - Sala de formação Polivalente	4 280,89 €
	Subtotal (2)	
Total Geral [(1)+(2)]		5 164,90 €

134. As despesas com as viaturas da frota do CPJ, designadamente, com o seguro automóvel, portagens e revisões/manutenções, foram nos montantes a seguir indicados:

Quadro 31- Despesas com Viaturas

Viaturas	Despesa
Citroen Berlingo 93-95-OL	2 192,52 €
Fiat Tipo Station 72-ZH-38	4 593,00 €
Opel Astra 51-33-EJ	243,05 €
Volkswagen Golf 20-93-GH	233,96 €
Nissan 56-30-BV	330,12 €
Ford Transit 71-38-AZ	348,84 €
Trator Deutz DX3500 E-69-62-AO	32,74 €
Trator Valmet 455 4RM-XB-83-96	88,15 €
Trator Fiat 91-28-HT	32,74 €
Trator Fendt 67-86-BQ	143,98 €
Trator Newholland 33-29-LN	32,74 €
Reboque E-8622	4,65 €
Reboque L-116159	4,65 €
Dacia Lodgy 39-OG-68	2 321,22 €
Dacia Logan 38-OG-66	989,91 €
Dacia Dokker 38-OG-17	4 496,37 €
Toyota Yaris BC-74-JO	502,86 €
Total Geral	16 591,50 €

135. Importa referir que a frota automóvel do CPJ é composta por algumas viaturas matriculadas há mais de 15 anos, que se pretendem abater por não poderem circular na cidade de Lisboa e não se justificarem os custos de manutenção associados.

Ad
[Handwritten signature]

- 136.** Foram enviadas, à Direção de Serviços de Coordenação da Atividade Formativa do IEFP, IP, várias informações estatísticas e as alterações orçamentais realizadas para a execução do orçamento.
- 137.** Foram ainda satisfeitos, em tempo oportuno, os pedidos de informação provenientes do IEFP, IP, da DGO, do Gabinete de Estratégia e Planeamento, da Secretaria Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, entre outros.

X – CONTABILIDADE DE GESTÃO

- 138.** No âmbito da Contabilidade de Gestão, prosseguiu-se em 2023 com a metodologia de apuramento de custos de atividade por recurso a centros de responsabilidade (vulgo centros de custo), nestes termos foram utilizados centros para aglutinarem os custos diretos com a atividade e outros para os custos indiretos, estes por sua vez estão classificados por custos incorporáveis na atividade formativa e por custos não incorporáveis, sendo esta distinção realizada em conformidade com as regras de elegibilidade dos custos no âmbito da formação cofinanciada pelo Fundo Social Europeu. Quanto à imputação dos custos indiretos à atividade formativa, a mesma foi concretizada pela aplicação de coeficientes calculados a partir do volume da formação do ano.
- 139.** Refira-se que, dada a natureza do seu público-alvo do CPJ, população jovem e adulta à guarda da DGRSP, não foram gerados quaisquer rendimentos provenientes da sua atividade formativa ou de qualquer outra.
- 140.** O quadro seguinte apresenta os indicadores de gestão apurados em 2023:

Quadro 32 – Indicadores de Gestão

CUSTOS DO EXERCÍCIO DE 2023						
Desagregação de Custos por atividade						
Atividades	Diretos (1)	Indiretos			Total de Custos Incorporáveis (1) + (2)	Total
		Incorporáveis (2)	Não Incorporáveis (3)	Total Indiretos (2) + (3)		
Formação profissional						
Cursos EFA	1 656 124,31 €	966 454,03 €	147 793,16 €	1 114 247,19 €	2 622 578,34 €	2 770 371,50 €
Cursos FMC	512 412,20 €	243 374,66 €	37 217,61 €	280 592,27 €	755 786,86 €	793 004,47 €
sub-total	2 168 536,51 €	1 209 828,69 €	185 010,77 €	1 394 839,46 €	3 378 365,20 €	3 563 375,97 €
Centro Qualifica do CPJ	353 237,43 €	- €	- €	- €	353 237,43 €	353 237,43 €
Obras de requalificação externas	4 280,89 €	- €	- €	- €	4 280,89 €	4 280,89 €
Obras de requalificação internas	884,01 €	- €	- €	- €	884,01 €	884,01 €
Total	2 526 938,84 €	1 209 828,69 €	185 010,77 €	1 394 839,46 €	3 736 767,53 €	3 921 778,30 €

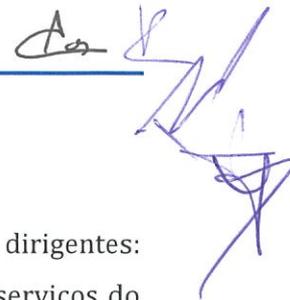
Indicadores de análise do custo da atividade Formativa

	Modalidade formativa	Custos Incorporáveis		Custos Totais	
		EP	CE	EP	CE
Custo médio dos cursos	Cursos EFA	24 597,92 €	4 787,83 €	25 896,01 €	5 316,78 €
	Cursos FMC	3 252,37 €	7 421,81 €	3 459,94 €	7 679,44 €
Custo por formando	Cursos EFA	1 738,37 €	579,31 €	1 830,11 €	643,31 €
	Cursos FMC	225,78 €	975,55 €	240,19 €	1 009,41 €
Custo hora formação	Cursos EFA	44,91 €	13,11 €	47,28 €	14,56 €
	Cursos FMC	49,31 €	37,95 €	52,46 €	39,26 €
Custo hora formando	Cursos EFA	4,96 €	2,37 €	5,22 €	2,63 €
	Cursos FMC	4,10 €	7,54 €	4,36 €	7,80 €

das
[Handwritten signature]

XI – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

- 141.** O Conselho de Administração do CPJ propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício de 2023, apurado nas demonstrações financeiras segundo o SNC-AP, no valor de 10.484,04€ (dez mil, quatrocentos e oitenta e quatro euros e quatro cêntimos), seja aplicado em Resultados Transitados.



XII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

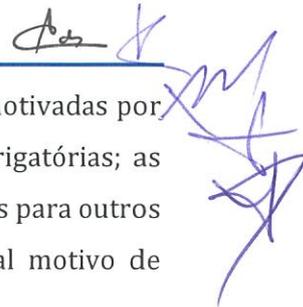
Num ano marcado por alguma instabilidade ao nível da estrutura do quadro de dirigentes: substituição dos membros de todos os órgãos sociais, termo da comissão de serviços do Chefe de Divisão de Qualificação e assunção de funções da nova Diretora em meados de novembro, da análise deste relatório resulta claro que o ano de 2023 foi um ano particularmente intenso quer em termos da atividade formativa desenvolvida, quer ao nível dos resultados conseguidos através do Centro Qualifica.

Com efeito, os resultados alcançados neste ano foram os mais bem conseguidos desde 2019 e superaram os de 2022 em todos os indicadores de referência. Face ao período homólogo, realizaram-se mais 61 cursos, foram abrangidos mais 1.072 formandos, foram concretizadas mais 11.219 horas de formação e foi executado um volume de mais 164.220 horas de formação.

Também ao nível do Centro Qualifica, as metas relativas ao número de inscritos e de encaminhamento não só foram largamente superadas, como, por comparação com o período homólogo, todos os indicadores de referência foram superados (inscritos, encaminhados, em processo e certificados). Face a 2022, em 2023, foram inscritas mais 459 encaminhadas mais 482 e mais 47 pessoas para processos de reconhecimento validação e certificação de competências.

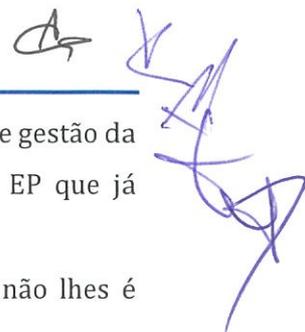
Os maiores desafios que se colocam à missão do CPJ são, desde logo:

- A grande dispersão geográfica da sua intervenção. Com efeito, a formação teve lugar em 47 dos 51 Estabelecimentos Prisionais e Centros Educativos existentes em Portugal continental, facto que dificulta muito as ações de acompanhamento e de “gestão” da formação e dos espaços formativos por parte do CPJ. Realça-se o facto de o CPJ ser constituído por uma equipa muito pequena (apenas 29 trabalhadores).
- O perfil dos reclusos, caracterizado por baixas qualificações (escolares e profissionais) associado a uma menor motivação/disponibilidade para a frequência da formação que, não sendo de carácter obrigatório, traduz níveis de absentismo com alguma expressão. As taxas de absentismo são também justificadas por fatores contextuais, como a falta de guardas prisionais para vigiarem os reclusos em formação; a falta de carros celulares para a deslocação dos formandos para os



espaços formativos situados fora dos EP; as ausências obrigatórias, motivadas por idas a tribunal, ao médico ou outras diligências administrativas obrigatórias; as interrupções da formação justificadas pelas transferências dos reclusos para outros EP ou o termo das penas. O termo das penas constitui o principal motivo de interrupção da formação.

- Em EP que têm reclusos a trabalhar em empresas parceiras, os salários pagos por estas são mais atrativos do que as bolsas pagas na formação (1€/hora). Esta questão é igualmente relevante quando se trata da realização de processos RVCC, já que os mesmos decorrem em período laboral e existe alguma dificuldade na compatibilização dos horários.
- Os processos de RVCC são quase exclusivamente escolares porquanto é muito difícil a constituição de grupos para a realização de processos de dupla certificação ou apenas profissionais. Para estes casos exigem-se secções profissionais compatíveis com as saídas profissionais a certificar nos EP em que se encontram detidos.
- A dificuldade de recolha dos documentos obrigatórios à frequência da formação. Os formandos têm de ser, antecipadamente, inscritos na plataforma SIGO, a qual exige, com carácter de obrigatoriedade, um conjunto de dados de identificação bem como o certificado de habilitações, que condicionam o acesso à formação (CC/Passaporte/AR/NISS/NIF).
- Os Estabelecimentos Prisionais não têm qualquer procedimento interno estruturado que permita, de forma organizada e célere, o acesso a este tipo de dados, o que faz com que os Técnicos do CPJ, nos momentos em que têm processos de seleção a decorrer em todas as cadeias de Norte a Sul do país, se deparem com sérias dificuldades para conseguir, atempadamente, iniciar as ações para as quais, muitas vezes, os professores já se encontram contratados pelos Agrupamentos das Escolas parceiras.
- Ainda sobre esta matéria, um outro aspeto a salientar, prende-se com a caducidade dos documentos de identificação, pois sempre que o adulto, à data de conclusão da sua certificação, não possui o documento de identificação válido, não poderá ter acesso ao mesmo.
- Alguns Agrupamento escolares / escolas cobram pela emissão dos certificados. De referir que é o CPJ quem, normalmente, faz estas diligências junto das escolas e esta cobrança cria constrangimentos adicionais.
- É, pois, importante, encontrar estratégias de articulação que minimizem estes constrangimentos. Nesta altura o CPJ está a desenvolver um modelo que passa pela



criação de um ficheiro Excel que pode ser importado para a plataforma de gestão da formação Humantrain. Este processo irá ser testado junto de alguns EP que já manifestaram a sua disponibilidade para o efeito.

- Aos reclusos que se encontrem sujeitos a medidas prisão preventiva não lhes é possível a frequência de percursos completos de dupla certificação.
- O facto de os jovens dos CE estarem sujeitos à frequência da escolaridade obrigatória e de as medidas tutelares de internamento serem, em regra, de curta duração, implica uma enorme circularidade nas suas entradas e saídas dos CE, facto que torna muito complexa a constituição dos grupos de formação nos moldes habitualmente definidos. O conceito de grupo de formandos é aqui muito discutível. Nestes casos, aplica-se o princípio da flexibilidade que, preconizado no Sistema Nacional de Qualificações, permite a organização da formação em UFCD/UC, certificáveis *de per si* e capitalizáveis em torno de um percurso de qualificação, com entradas e saídas dos percursos formativos a todo o tempo. A imagem que melhor ilustra esta situação é a de um comboio em marcha (o percurso de qualificação), conduzido por três maquinistas (o CE, o ME e o CPJ), composto por várias carruagens (UFCD), que vai parando em várias estações com entradas e saídas de passageiros (os formandos). Quando o comboio inicia a marcha não sabe ao certo quantos serão os passageiros que transportará. Esta situação constitui, na verdade, um dos desafios mais complexos a qualquer operador de formação, só sendo possível no quadro de uma excelente colaboração entre os intervenientes.

Como aspetos positivos, realça-se:

- A vasta experiência, mais de 30 anos de existência do CPJ, que tem permitido a afirmação da sua imagem, da sua história e da sua marca distintiva enquanto CGP, com características muito particulares, facto que só tem sido possível através de uma excelente colaboração/articulação entre o CPJ, os dirigentes dos EP/CE e a DGRSP.
- A ligação do CPJ com a DGRSP na elaboração dos Planos de Formação que, face à dispersão dos interlocutores dos EP e dos CE, permite uma melhor conciliação de interesses na sua definição, bem como a boa receptividade a acolhimento que o CPJ tem tido junto dos EP e CE que apoiam a implementação do Plano de Atividades.
- Salienta-se, de igual modo, o facto de o Sr. Diretor-Geral e de um dos Subdiretores da DGRSP integrarem o Conselho de Administração do CPJ, o que facilita muito a

Ad
[Handwritten signature]

articulação com os responsáveis dos EP e CE, uma vez que o CPJ não tem qualquer poder interventivo junto destas entidades. Por esta via, torna-se mais fácil a articulação e agilização de procedimentos tendo em vista a resolução de problemas.

- A parceria com o Ministério da Educação, que coloca professores em todos os EP e CE, facto que constitui uma importante mais-valia para a implementação dos cursos de Educação e Formação de Adultos;
- Salienta-se o importante contributo que o investimento associado ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, irá representar na modernização dos espaços formativos, permitindo uma valorização da formação profissional e a introdução de tecnologias relacionadas com as competentes digital e ambiental, em linha com as prioridades europeias e nacionais sobre a necessidade de qualificação nestas áreas.

Como notas finais, importa salientar que foi já formalizado junto do IEFEP, IP o pedido de revisão do protocolo de constituição do CPJ, visando a regularização dos seus membros constitutivos e a alteração da sua designação, dando cumprimento às recomendações feitas quer pela Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, quer pelo IPPS – ISCTE-IUL, conforme Relatório de avaliação feito ao CPJ, e que se justifica pelo facto de a palavra “Justiça” constar nos certificados de formação por si emitidos, facto que, denunciando a passagem dos formandos pelo sistema judicial, tem um impacto negativo na sua inserção socioprofissional.

É, igualmente, importante que se concretize a revisão dos Despachos Conjuntos n.º 22038/2009, de 20 de outubro e n.º 51/99, de 1 de junho, visando flexibilizar, com as devidas adaptações, a possibilidade de frequência de quaisquer medidas de formação inscritas no Sistema Nacional de Qualificações por parte dos jovens e adultos sujeitos a medidas privativas de liberdade.

Será importante conseguir-se, junto do Ministério de Educação que os reclusos fiquem isentos da aplicação das taxas de emissão dos certificados de habilitações, pois a generalidade tem muitas dificuldades em proceder a este pagamento que terá sempre de ser feito por via de terceiras pessoas e não torna ágil o processo de recolha do mesmo por parte do CPJ.

Sugere-se que se proceda à revisão da Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, que regulamenta as medidas «Contrato emprego-inserção» e «Contrato emprego-

inserção+», cujo objeto é a realização de trabalho socialmente necessário, de forma que passe a incluir também como destinatários os reclusos que estejam em regime aberto.

Finalmente, é igualmente importante que ao nível legislativo (Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional), se considere um regime de exceção para os reclusos estrangeiros de países terceiros, documentados ou não, possam aceder à frequência da formação, uma vez que não têm condições para a obtenção dos vistos de residência, porquanto a sua “residência” é, para todos os efeitos, o estabelecimento prisional. Esta questão é particularmente relevante considerando que em janeiro de 2022, os reclusos estrangeiros representavam 14% do universo total (SPACE I, o relatório anual de estatísticas penais do Conselho da Europa — organização europeia de defesa de direitos humanos, democracia e Estado de Direito).

Em síntese, e de uma forma global, pode concluir-se que as metas definidas no plano de formação foram atingidas ou superados, tendo o Centro atingido os objetivos propostos para o ano de 2023.

Lisboa, 21 de março de 2024

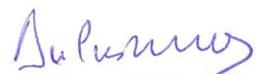
Lisboa, 21 de março de 2024

A Diretora do CPJ


(Conceição Matos)

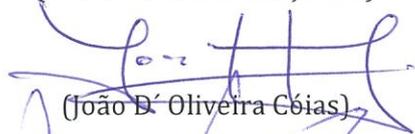
O Conselho de Administração

A Presidente do CA


(Ana Cristina Alves)

Os Vogais


(Rui Abrunhosa Gonçalves)


(João D. Oliveira Cóbias)


(Nuno Ferreira Tomás)